

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMBEV S.A.

Balanços patrimoniais:

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
Caixa e equivalentes a caixa	5	137.021	48.155	69.454	11.285.833	8.974.320	8.145.695
Aplicações financeiras	6	-	-	-	288.604	476.607	193.385
Contas a receber e demais contas a receber	7	9.570	21.490	9.906	5.443.725	4.268.013	3.875.314
Estoques	8	-	-	-	2.795.490	2.466.341	2.238.517
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.639	1.996	2.601	656.361	116.498	293.928
Ativos mantidos para venda		-	-	-	-	4.086	400
Ativo circulante		149.230	71.641	81.961	20.470.013	16.305.865	14.747.239
Aplicações financeiras	6	-	-	-	63.796	249.379	242.106
Contas a receber e demais contas a receber	7	-	-	-	2.260.208	1.855.013	1.231.992
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	837.111	9.665	-	1.646.530	1.428.180	1.447.135
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		280	-	-	11.123	12.316	16.295
Benefícios a funcionários	17	-	-	-	23.456	25.480	18.506
Investimentos	10	42.896.213	25.155.553	23.034.389	26.452	24.012	21.681
Imobilizado	11	-	-	-	13.937.759	12.351.284	10.375.502
Ativo intangível	12	-	-	-	3.213.551	2.936.101	1.912.815
Ágio	13	-	-	-	27.021.131	26.645.245	23.814.172
Ativo não circulante		43.733.604	25.165.218	23.034.389	48.204.006	45.527.010	39.080.204
Total do ativo		43.882.834	25.236.859	23.116.350	68.674.019	61.832.875	53.827.443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços patrimoniais (continuação):
Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido	Nota						
Contas a pagar e demais contas a pagar	14	957.641	30.259	28.259	15.107.467	13.579.337	11.302.117
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	1.040.603	837.772	2.212.078
Conta garantida	5	-	-	-	-	123	12.306
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	887.554	972.556	793.864
Provisões	16	-	-	-	144.958	137.452	101.645
Passivo circulante		957.641	30.259	28.259	17.180.582	15.527.240	14.422.010
Contas a pagar e demais contas a pagar	14	-	-	-	1.556.947	3.063.988	1.196.609
Empréstimos e financiamentos	15	86.415	-	-	1.853.452	2.305.957	1.890.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	2.095.686	1.367.708	1.111.986
Provisões	16	-	-	-	431.693	518.076	478.418
Benefícios a funcionários	17	-	-	-	1.558.261	1.780.908	1.602.941
Passivo não circulante		86.415	-	-	7.496.039	9.036.637	6.280.162
Total do passivo		1.044.056	30.259	28.259	24.676.621	24.563.877	20.702.172
Patrimônio líquido	18						
Capital social		57.000.790	249.061	249.061	57.000.790	249.061	249.061
Reservas		61.220.284	51.649	54.304	61.220.284	51.649	54.304
Ajuste de avaliação patrimonial		(75.382.296)	24.905.890	22.784.726	(75.382.296)	24.905.890	22.784.726
Patrimônio líquido de controladores		42.838.778	25.206.600	23.088.091	42.838.778	25.206.600	23.088.091
Participação de não controladores		-	-	-	1.158.620	12.062.398	10.037.180
Total do patrimônio líquido		42.838.778	25.206.600	23.088.091	43.997.398	37.268.998	33.125.271
Total do passivo e patrimônio líquido		43.882.834	25.236.859	23.116.350	68.674.019	61.832.875	53.827.443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida	20	-	-	34.791.391	32.231.027
Custo dos produtos vendidos		-	-	(11.397.801)	(10.459.786)
Lucro bruto		-	-	23.393.590	21.771.241
Despesas comerciais		-	-	(8.025.779)	(7.350.920)
Despesas administrativas		(3.156)	(840)	(1.736.457)	(1.603.549)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	43.070	(546)	1.761.544	863.445
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes		39.914	(1.386)	15.392.898	13.680.217
Reestruturação	23	-	-	(29.207)	(31.299)
Aquisição de subsidiárias	23	-	-	-	(15.829)
Outras despesas não recorrentes	23	-	-	-	(3.250)
Lucro operacional		39.914	(1.386)	15.363.691	13.629.839
Despesas financeiras	24	(1.488)	-	(2.495.918)	(1.556.440)
Receitas financeiras	24	5.368	5.146	932.492	666.763
Resultado financeiro, líquido		3.880	5.146	(1.563.426)	(889.677)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	8.677.569	6.313.741	11.419	481
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.721.363	6.317.501	13.811.684	12.740.643
Imposto de renda e contribuição social	25	813.606	9.790	(2.457.614)	(2.320.065)
Lucro líquido do exercício		9.534.969	6.327.291	11.354.070	10.420.578
Atribuído a:					
Participação dos controladores		9.534.969	6.327.291	9.534.969	6.327.291
Participação dos não controladores		-	-	1.819.101	4.093.287
Lucro por ação ordinária (básico) ⁽ⁱ⁾	18	0,75	0,65	0,75	0,65
Lucro por ação ordinária (diluído) ⁽ⁱ⁾	18	0,74	0,64	0,74	0,64

(i) As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2012 foram refeitas para refletir o efeito dos aportes de capital, conforme descrito na Nota 1(c).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	9.534.969	6.327.291	11.354.070	10.420.578
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	202.050	-	201.038	-
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	225.527	314.342	359.559	314.342
Hedges de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	280.946	-	280.946	-
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>) e incluído no resultado	(220.611)	-	(220.611)	-
Variação do imposto de renda diferido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	2.131	-	3.993	-
Total Hedges de fluxo de caixa	62.466	-	64.328	-
Outros resultados abrangentes, líquido de imposto	490.043	314.342	624.925	314.342
Resultado abrangente do exercício	10.025.012	6.641.633	11.978.995	10.734.920
Atribuído a:				
Participação dos controladores	10.025.012	6.641.633	10.025.012	6.641.633
Participação de não controladores	-	-	1.953.983	4.093.287

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores							
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2013 - originalmente emitido	249.061	-	51.649	-	676.497	977.207	-	977.207
Ajuste mudança de prática contábil (Nota 1)	-	-	-	-	24.229.393	24.229.393	12.062.398	36.291.791
Saldo em 1º de janeiro de 2013 - ajustado	249.061	-	51.649	-	24.905.890	25.206.600	12.062.398	37.268.998
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.322.822	2.212.147	9.534.969	1.819.101	11.354.070
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	225.527	225.527	134.032	359.559
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	62.466	62.466	1.862	64.328
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	202.050	202.050	(1.012)	201.038
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	7.322.822	2.702.190	10.025.012	1.953.983	11.978.995
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	8.224.328	6.774.951	1.431.928	-	(16.413.758)	17.449	-	17.449
Incorporação de ações	48.527.401	48.527.401	-	-	-	97.054.802	(97.054.802)	-
Ajuste contábil transação com não-controladores	-	-	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)	85.242.633	-
Gastos com emissão de ações	-	(26.866)	-	-	-	(26.866)	-	(26.866)
Opção de venda de participação em controlada	-	-	-	-	(54.065)	(54.065)	-	(54.065)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(28.242)	(28.242)	(176.126)	(204.368)
Dividendos distribuídos	-	-	(13.063)	(2.035.986)	-	(2.049.049)	(73.177)	(2.122.226)
Dividendos provisionados à distribuir	-	-	-	(915.133)	-	(915.133)	-	(915.133)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(28.800)	-	-	-	(28.800)	-	(28.800)
Pagamentos baseados em ações	-	115.745	-	-	-	115.745	-	115.745
Dividendos prescritos	-	-	-	15.636	-	15.636	-	15.636
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	(1.251.678)	(1.251.678)	(796.289)	(2.047.967)
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	417.965	(417.965)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	906.002	(906.002)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.063.372	(3.063.372)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	57.000.790	55.362.431	5.857.853	-	(75.382.296)	42.838.778	1.158.620	43.997.398

(i) Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a prática contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo com o disposto nos atos societários.

(ii) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adotada prática contábil do custo precedente, conforme Nota 1(c).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (continuação):

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores					Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - originalmente emitido	249.061	-	40.221	14.083	496.800	800.165	-	800.165
Ajuste mudança de prática contábil (Nota 1)	-	-	-	-	22.287.926	22.287.926	10.037.180	32.325.106
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - ajustado	249.061	-	40.221	14.083	22.784.726	23.088.091	10.037.180	33.125.271
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.550	6.313.741	6.327.291	4.093.287	10.420.578
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	314.342	314.342	-	314.342
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	13.550	6.628.083	6.641.633	4.093.287	10.734.920
Dividendos	-	-	-	(11.037)	-	(11.037)	-	(11.037)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(38.089)	-	-	(38.089)	-	(38.089)
Ajuste mudança de prática contábil	-	-	-	32.921	-	32.921	-	32.921
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	(4.506.919)	(4.506.919)	(2.068.069)	(6.574.988)
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>								
Reserva legal	-	-	2.324	(2.324)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	47.193	(47.193)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	249.061	-	51.649	-	24.905.890	25.206.600	12.062.398	37.268.998

(i) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada em 2012, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme Nota 1(c).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício		9.534.969	6.327.291	11.354.070	10.420.578
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		-	-	2.092.206	1.939.924
Perda por <i>impairment</i> no contas a receber, estoques e demais contas a receber		-	-	117.148	126.973
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		-	-	203.256	173.172
Resultado financeiro líquido	24	(3.880)	(5.146)	1.563.426	889.677
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		-	-	(24.305)	(36.823)
Perda/(ganho) na venda de ativos mantidos para venda		-	-	-	3.676
Despesa com pagamentos baseados em ações	27	-	-	182.227	144.644
Imposto de renda e contribuição social	25	(813.606)	(9.790)	2.457.614	2.320.065
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	(8.677.569)	(6.313.741)	(11.419)	(481)
Outros itens não-monetários incluídos no lucro		-	-	(228.125)	(223.041)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões		39.914	(1.386)	17.706.098	15.758.364
Aumento no contas a receber e demais contas a receber		(2.883)	(4.637)	(1.173.902)	(343.159)
Aumento nos estoques		-	-	(422.654)	(196.186)
Aumento nas provisões, contas a pagar e demais contas a pagar		20.502	11.045	1.267.747	560.184
Geração de caixa das atividades operacionais		57.533	5.022	17.377.289	15.779.203
Juros pagos		(258)	-	(431.544)	(486.418)
Juros recebidos		5.368	5.146	605.410	450.432
Dividendos recebidos		2.061.406	28.025	135.985	123.863
Imposto de renda e contribuição social pagos		(888)	603	(2.441.244)	(1.603.808)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.123.161	38.796	15.245.896	14.263.272
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		-	-	111.957	122.765
Aquisição de imobilizado e intangíveis	11 e 12	-	-	(3.800.781)	(3.014.044)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		(7.471)	-	(254.908)	(2.537.042)
Aquisição de aplicação financeira e proventos líquidos/(aquisição) de títulos de dívida		-	-	141.707	(272.411)
Aquisição de outros ativos, líquidos		-	-	-	(16.617)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(7.471)	-	(3.802.025)	(5.717.349)
Aumento de capital		17.449	-	17.449	-
Aumento de capital em subsidiárias / não controladores		-	-	172.376	210.090
Recompra de ações em tesouraria	18	(28.800)	-	(28.800)	-
Recompra de ações em tesouraria em controlada		-	-	(8.921)	(30.375)
Proventos de empréstimos		86.415	-	327.355	1.470.223
Liquidação de empréstimos		-	-	(992.322)	(3.198.451)
Outros custos financeiros		(41.802)	-	(1.661.479)	(645.526)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		-	-	(1.511)	(8.098)
Dividendos pagos		(2.060.086)	(61.751)	(7.209.410)	(5.607.700)
Fluxo de caixa de atividades financeiras		(2.026.824)	(61.751)	(9.385.263)	(7.809.837)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa		88.866	(22.955)	2.058.608	736.086
Caixa e equivalentes a caixa ⁽ⁱ⁾ no início do exercício		48.155	71.110	8.974.197	8.135.045
Efeito de variação cambial		-	-	253.028	103.066
Caixa e equivalentes a caixa ⁽ⁱ⁾ no final do exercício	5	137.021	48.155	11.285.833	8.974.197

(i) Líquido da conta garantida.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas	-	-	53.577.012	50.373.023
Vendas mercadorias, produtos e serviços	-	-	52.469.759	49.968.329
Outras receitas	-	-	1.145.944	445.654
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(38.691)	(40.960)
Insumos adquiridos de terceiros	41.579	(1.386)	(18.353.656)	(17.559.380)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(12.501.431)	(12.186.541)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	41.579	(1.386)	(5.779.254)	(5.314.510)
(Perda)/recuperação de valores ativos	-	-	(72.971)	(58.329)
Valor adicionado bruto	41.579	(1.386)	35.223.356	32.813.643
Retenções	-	-	(2.019.235)	(1.881.595)
Depreciação e amortização	-	-	(2.019.235)	(1.881.595)
Valor adicionado líquido produzido	41.579	(1.386)	33.204.121	30.932.048
Valor adicionado recebido em transferência	8.682.937	6.318.887	751.461	497.700
Participação nos resultados de controladas e coligadas	8.677.569	6.313.741	11.419	481
Receitas financeiras	5.368	5.146	932.492	666.763
Outros	-	-	(192.450)	(169.544)
Valor adicionado total a distribuir	8.724.516	6.317.501	33.955.582	31.429.748
Distribuição do valor adicionado	8.724.516	6.317.501	33.955.582	31.429.748
Pessoal	1.138	-	3.023.625	2.892.380
Remuneração direta	980	-	2.590.359	2.443.714
Benefícios	6	-	221.510	224.035
Fundo de garantia por tempo de serviço	152	-	86.184	72.764
Outros	-	-	125.572	151.867
Impostos, taxas e contribuições	(813.079)	(9.790)	16.990.226	16.406.328
Federais	(813.079)	(9.790)	7.740.381	7.170.461
Estaduais	-	-	9.233.078	9.220.362
Municipais	-	-	16.767	15.505
Remuneração de capitais de terceiros	1.488	-	2.587.661	1.710.462
Juros	1.488	-	2.403.436	1.538.485
Aluguéis	-	-	184.225	171.977
Remuneração de capitais próprios	9.534.969	6.327.291	11.354.070	10.420.578
Dividendos	2.951.119	-	2.951.119	-
Lucros retidos	4.371.703	13.550	4.371.703	13.550
Ajuste do lucro para fins de apresentação pelo método do custo precedente, conforme Nota 1(c)	2.212.147	6.313.741	2.212.147	6.313.741
Participação não controladores/ lucros retidos	-	-	1.819.101	4.093.287

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1.	Informações gerais
2.	Declaração da Administração
3.	Sumário das principais políticas contábeis
4.	Uso de estimativas e julgamentos
5.	Caixa e equivalentes a caixa
6.	Aplicações financeiras
7.	Contas a receber e demais contas a receber
8.	Estoques
9.	Imposto de renda e contribuição social diferidos
10.	Investimentos
11.	Imobilizado
12.	Ativo intangível
13.	Ágio
14.	Contas a pagar e demais contas a pagar
15.	Empréstimos e financiamentos
16.	Provisões
17.	Benefícios a funcionários
18.	Patrimônio líquido
19.	Informações por segmento
20.	Receita líquida
21.	Outras receitas (despesas) operacionais
22.	Informações adicionais sobre despesas operacionais por natureza
23.	Itens não recorrentes
24.	Despesas e receitas financeiras
25.	Imposto de renda e contribuição social
26.	Folha de pagamento e benefícios relacionados
27.	Pagamento baseado em ações
28.	Instrumentos financeiros e riscos
29.	Arrendamento operacional
30.	Garantias, obrigações contratuais, adiantamento de clientes e outros
31.	Contingências
32.	Partes relacionadas
33.	Companhias do Grupo
34.	Seguros
35.	Eventos subsequentes

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia” ou “Ambev S.A.”), com sede em São Paulo – São Paulo tem por objetivo, mediante participação direta e indireta em outras sociedades, no Brasil e em outros países nas Américas, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas não alcoólicas, malte e alimentos em geral.

As controladoras direta e final da Companhia são a InterBrew International B.V. (“IIBV”) e a Anheuser-Busch InBev S.A./N.V. (“ABI”), respectivamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2014.

(b) Reestruturação Societária Ambev

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas - Ambev (“Companhia de Bebidas”) anunciou aos seus acionistas proposta de reorganização societária visando a migração de sua estrutura acionária com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias.

A reorganização societária proposta teve por objetivo simplificar a estrutura societária e aprimorar a governança da Companhia de Bebidas, com vistas a aumentar a liquidez para todos os acionistas, reduzir custos operacionais e administrativos e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

Em 17 de junho de 2013, como passo preliminar à reorganização societária, a controladora ABI contribuiu, por meio de suas subsidiárias IIBV e AmBrew S.A. (“Ambrew”), a totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas para a Ambev S.A. (“Contribuição de Ações”).

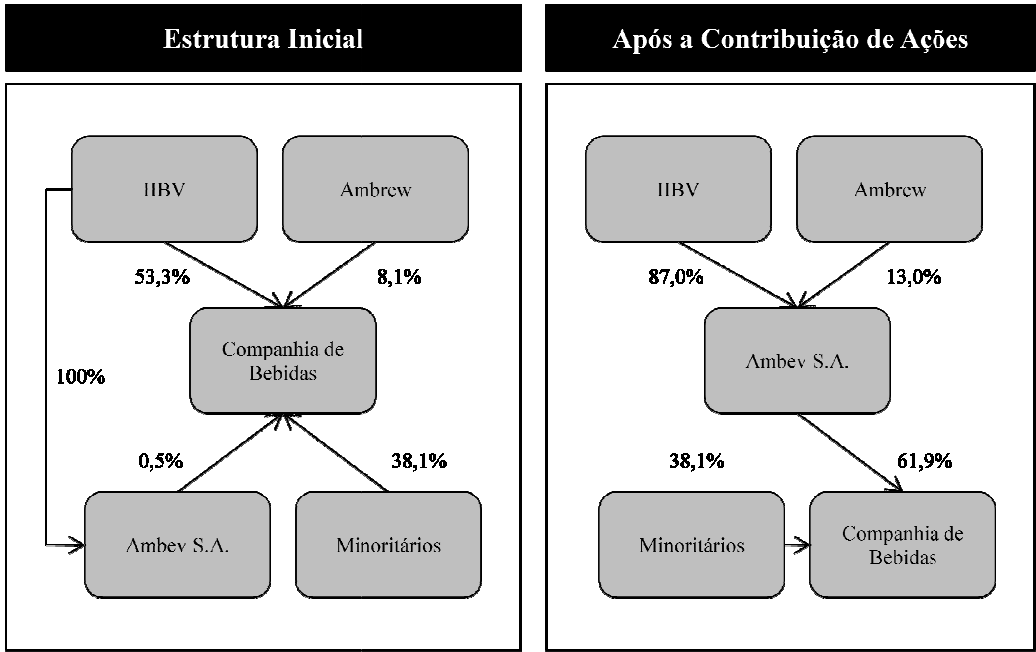
Posteriormente, em 30 de julho de 2013, uma incorporação de ações foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), pela qual cada ação ordinária e preferencial da Companhia de Bebidas não detida pela Ambev S.A. foi trocada por cinco novas ações ordinárias da Ambev S.A. (“Incorporação de Ações”).

Para fins de apresentação das informações comparativas antes da Contribuição de Ações em 17 de junho de 2013, estas demonstrações contábeis refletem as posições financeiras, resultados de operações e fluxos de caixa da Ambev S.A. e as participações societárias na Companhia de Bebidas detidas pela ABI e entidades controladas (que foram transferidas para a Ambev S.A. nos termos da Contribuição de Ações), considerando os ajustes contábeis reconhecidos pela ABI e a participação de não controladores para os acionistas da Companhia de Bebidas não detidos pela ABI, para todos os períodos anteriores a 17 de junho de 2013 (Nota 1 (c) descreve as

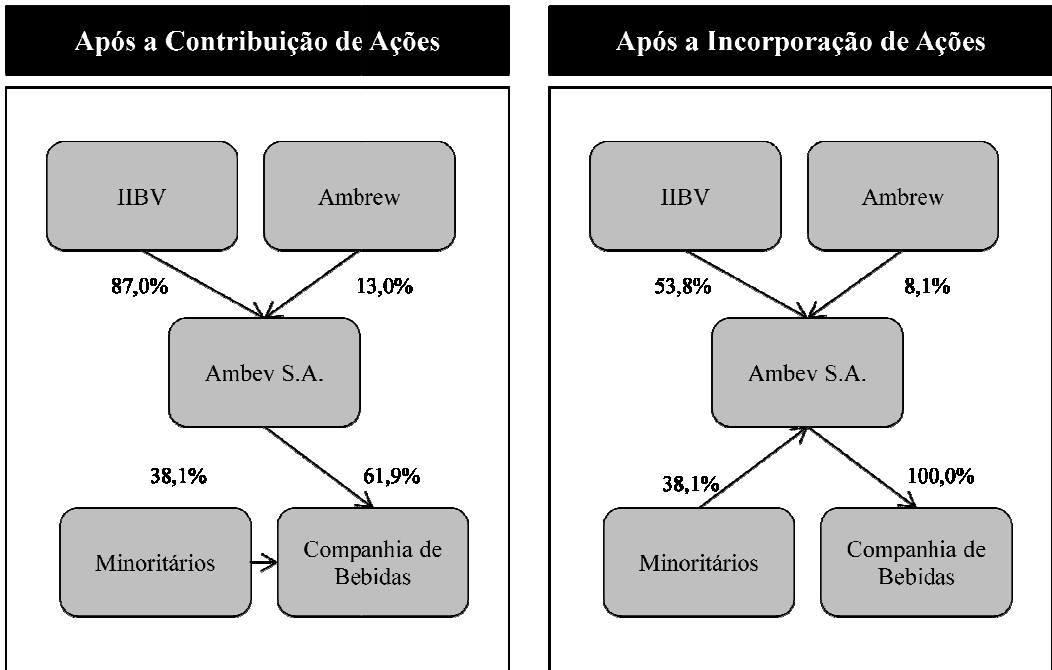
bases de apresentação após a Contribuição de Ações e um resumo e uma descrição dos ajustes que foram feitos para as demonstrações contábeis da Ambev S.A.).

Seguem abaixo organogramas ilustrativos das alterações societárias apresentadas acima:

Contribuição de Ações



Incorporação de Ações



Os lançamentos contábeis registrados nos livros da Ambev S.A. para reconhecimento da Contribuição de Ações e da Incorporação de Ações estão evidenciados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício de 2013, nas linhas de aumento de capital e incorporação de ações, cuja contrapartida foi no grupo de investimento (Nota 10 – *Investimentos*).

(c) Base de apresentação das demonstrações contábeis da Ambev S.A. antes da Contribuição de Ações em 17 de junho de 2013 - Prática Contábil do Custo Precedente

Combinações de negócios entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPCs”) e pelas normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”). Sendo assim, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento IAS 8 / CPC 23 – *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração considerou a aplicabilidade dos requisitos e a orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratem de assuntos semelhantes e relacionados.

O IFRS 3 / CPC 15(R1) – *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, e, portanto não pode ser aplicado neste caso.

Alternativamente, ainda conforme parágrafos 10 e 11 do CPC 23, na ausência de orientação da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23.

A prática contábil do custo precedente (“*predecessor basis of accounting*”) é uma alternativa contábil e está em linha com as práticas contábeis de outros países, tais como os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e no Reino Unido (“USGAAP” e “UKGAAP”, respectivamente), os quais permitem a utilização dessa prática em reestruturações societárias e outras transações entre entidades sob controle comum.

Como a ABI, controladora final da Ambev S.A. e da Companhia de Bebidas, mantém sua participação na Companhia de Bebidas, antes e depois da Contribuição de Ações, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil que representa melhor a transação ocorrida e fornece ao investidor uma informação de maior relevância.

A adoção da prática contábil do custo precedente, assim como sua aplicação de forma retroativa, representa mudança de prática contábil conforme parágrafo 29 do CPC 23. Como tal, seus efeitos estão sendo apresentados de forma comparativa para todos os exercícios apresentados.

A apresentação dos efeitos contábeis da adoção da Contribuição de Ações nos períodos anteriores a 17 de junho de 2013 não altera os atos e fatos societários ocorridos até 17 de junho de 2013. As informações contábeis até esta data têm finalidade de fornecer aos usuários destas demonstrações contábeis informações comparativas com as informações contábeis históricas a partir de 17 de junho de 2013.

As demonstrações contábeis da Ambev S.A. com a adoção da prática contábil do custo precedente foram preparadas para refletir:

- os resultados históricos de operações e posição financeira da Companhia de Bebidas (consolidada) e Ambev S.A. em uma base combinada, ajustada para eliminar saldos, transações e os ganhos e perdas não realizados;
- os efeitos da aquisição inicial da Companhia de Bebidas pela ABI, que representam as informações contábeis da ABI base para seu investimento na Companhia de Bebidas;
- a participação de não controladores na Companhia de Bebidas (participação não detida pela ABI), que foi determinada pela participação proporcional no patrimônio líquido identificável e lucro líquido.

A Contribuição de Ações foi uma reorganização de entidades sob controle comum e está sendo reconhecida em uma base consistente com os valores reconhecidos pela controladora final ou o mais alto nível de controle comum, onde as demonstrações contábeis consolidadas são preparadas (base contábil da ABI). Como tal, as demonstrações contábeis da Ambev S.A. incluem lançamentos para refletir certos ajustes de combinação de negócios reconhecidos pela ABI, a empresa controladora final, quando da aquisição da Companhia de Bebidas em 2004 e posteriores investimentos adicionais.

Como resultado dos itens explanados acima, os lançamentos pela adoção da prática contábil do custo precedente estão assim detalhados:

	2012	2011
Patrimônio líquido da Companhia de Bebidas	28.863.744	25.761.101
Contribuição de ações	61,88%	61,88%
Valor do investimento em controlada	17.861.419	15.941.446
Investimento inicial em controlada a custo de aquisição	(249.663)	(249.663)
Desreconhecimento do ajuste a valor de mercado da participação inicial, líquido de imposto de renda	(676.497)	(496.800)
Reconhecimento do investimento em controlada	16.935.259	15.194.983
Ágio registrado nas demonstrações financeiras consolidadas ABI	6.674.495	6.360.153
Ajuste conforme valor justo do ativo imobilizado registrado nas demonstrações financeiras da ABI, líquido de imposto de renda	619.639	732.790
Ajustes da base contábil ABI	7.294.134	7.092.943
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	24.229.393	22.287.926
Atribuídos na Demonstração do Patrimônio Líquido à:		
Ajuste no valor títulos disponíveis para venda	(676.497)	(496.800)
Efeitos reflexos de outros resultados abrangentes	(2.941.030)	-
Ajustes contábeis de transações entre sócios	27.846.920	22.784.726

A contrapartida dos efeitos da prática contábil do custo precedente foi registrada contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Nas datas da Contribuição de Ações, os efeitos dos atos societários foram registrados nas respectivas contas de capital e reservas com contrapartida na conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

Os saldos das demais reservas também foram ajustados para refletir os atos societários que aprovaram a Contribuição. Desta forma, a partir de 17 de junho de 2013, não existem diferenças entre as informações contábeis históricas e as informações contábeis pelo custo precedente.

O impacto dos lançamentos acima nas demonstrações dos resultados da Ambev S.A. são os seguintes:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício da Companhia de Bebidas	10.338.000	10.385.598
Participação acionária após a Contribuição de Ações	100,00%	61,88%
Reconhecimento do investimento em controlada	10.338.000	6.426.800
Resultado de equivalência após contribuição	(8.080.667)	-
Aumento da depreciação e amortização	(68.463)	(171.293)
Imposto de renda diferido sobre o ajuste acima	23.277	58.234
Ajustes da base contábil ABI	(45.186)	(113.059)
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente ⁽ⁱ⁾	2.212.147	6.313.741

(i) O ajuste refere-se ao reconhecimento de 61,88% do resultado da Companhia de Bebidas do exercício de 2012 e até a data da contribuição em 2013, conforme disposto na Nota 1(c).

(d) Tratamento Contábil Incorporação de ações:

Em AGE realizada em 30 de julho de 2013 foi aprovado o protocolo de Justificação da Incorporação de Ações aprovando a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas pela Ambev S.A., exceto as ações de titularidade da incorporadora, nos termos do Protocolo e Justificação, pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013.

As ações da Companhia de Bebidas foram valorizadas e aportadas na Ambev S.A. pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013, perfazendo um valor de R\$ 97.054.802. Conforme explanado na nota 18.d(6), no mesmo momento foi constituída uma provisão sobre o ágio gerado no montante de R\$ (85.242.633), uma vez que se trata de transações entre sócios no âmbito do IFRS 10 / CPC 36. Este tratamento contábil foi replicado para a controladora, conforme determinado no ICPC 09.

(e) Principais eventos ocorridos em 2013:

Em continuidade à reorganização societária mencionada no item (b), em 10 de maio de 2013 o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável à proposta do Conselho de Administração e recomendou a submissão da proposta de reestruturação à aprovação em AGE.

Em 17 de junho de 2013, como passo preliminar à reorganização societária, foi realizada a Contribuição de Ações.

Em AGE realizada pela Companhia de Bebidas em 30 de julho de 2013, foram aprovados os seguintes itens relacionados à Incorporação de Ações:

(i) o Protocolo e Justificação tendo por objeto a Incorporação de Ações, celebrado em 10 de maio de 2013;

(ii) a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas pela Ambev S.A., exceto as ações de titularidade da incorporadora, nos termos do Protocolo e Justificação, pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013, registrando-se que, como resultado da Incorporação de Ações, os acionistas da Companhia de Bebidas receberam cinco ações ordinárias da Ambev S.A. para cada ação ordinária ou preferencial da Companhia de Bebidas de sua titularidade, e os detentores de American Depositary Receipts (“ADRs”) representativos de ações, ordinárias ou preferenciais, da Companhia de Bebidas, receberam cinco ADRs da Ambev S.A. para cada ADR da Companhia de Bebidas de sua titularidade; e

(iii) a autorização para a subscrição, pelos administradores da Companhia de Bebidas, das ações a serem emitidas pela Ambev S.A. como resultado da Incorporação de Ações, bem como a prática de todos os demais atos necessários à implementação da Incorporação de Ações.

Em 3 de dezembro de 2013, a Ambev S.A. , em conjunto com a Companhia de Bebidas e em complemento às informações objeto do fato relevante de 7 de dezembro de 2012, divulgou ao mercado a proposta, a ser submetida aos seus respectivos acionistas, de incorporação, pela Ambev S.A., (i) da Companhia de Bebidas (“Incorporação I”); e (ii) da Ambev Brasil Bebidas S.A. (“Incorporação II” e, em conjunto com a Incorporação I, as “Incorporações”, respectivamente).

As Incorporações têm como objetivos simplificar ainda mais a estrutura societária do grupo e reduzir custos operacionais, trazendo, conseqüentemente, benefícios para os acionistas da Companhia.

A Ambev S.A. continuará a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, passando, entretanto, após as Incorporações, a fazê-lo também diretamente e não mais somente através de suas controladas ou subsidiárias integrais. O registro de companhia aberta da Ambev S.A. na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) será mantido.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Os CPCs aplicados nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela apresentação dos

investimentos em controlada e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto, conforme IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelo CPC. O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhum requerimento ou pronunciamento contábil do IASB ou do CPC.

Reemissão das demonstrações contábeis

Com o objetivo de proporcionar um melhor entendimento das informações da demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012, a Companhia optou por reclassificar nestas demonstrações financeiras ora apresentadas os dividendos recebidos e pagos de subsidiárias de forma líquidos, conforme abaixo descritos:

Fluxo de Caixa Consolidado	2013		
	Originalmente Apresentado	Ajuste	Reclassificado
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	19.654.796	(4.408.900)	15.245.896
Fluxo de caixa decorrente das atividades investimento	(3.802.025)	-	(3.802.025)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financiamento	(13.794.163)	4.408.900	(9.385.263)

Fluxo de Caixa Consolidado	2012		
	Originalmente Apresentado	Ajuste	Reclassificado
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	14.735.327	(472.055)	14.263.272
Fluxo de caixa decorrente das atividades investimento	(5.717.349)	-	(5.717.349)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financiamento	(8.281.892)	472.055	(7.809.837)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado. Dependendo da norma IFRS/CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o

valor justo ou o valor recuperável. Quando o IFRS/CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo é utilizado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As novas exigências do IFRS com aplicação a partir de 2013 estão resumidas a seguir.

IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Prevê o agrupamento dos itens apresentados na demonstração do resultado abrangente com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:

Inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas:

Prevê um modelo único de consolidação e identificação de controle para consolidação de todos os tipos de entidades.

IFRS 11 / CPC 19 – Negócios em Conjunto:

Substitui a consolidação proporcional pelo método de equivalência patrimonial em empreendimentos controlados em conjunto (“*joint ventures*”).

Nas operações em conjunto (“*joint operations*”), os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados às participações da Companhia em operação em conjunto (“*joint operations*”) são contabilizados individualmente nas demonstrações contábeis.

IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades:

Combina e melhora os requerimentos de divulgação relacionados a subsidiárias, negócios em conjunto, coligadas e entidades não consolidadas.

IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do Valor Justo:

Não altera ou introduz nenhum novo requerimento para determinação de quando o valor justo é requerido, porém determina como ele deve ser mensurado.

IAS 19 / CPC 33 – Benefícios a Empregados (Revisada em 2011):

As alterações, em decorrência da revisão, que teriam impactos mais significativos são:

- A rentabilidade dos ativos do plano não é mais calculada utilizando-se o conceito de retorno esperado dos ativos. Os retornos esperados serão substituídos pelo reconhecimento de uma receita financeira na demonstração de resultado, a qual será calculada utilizando a mesma taxa de desconto utilizada para mensuração do passivo atuarial.
- O custo dos serviços passados não é mais ser diferido e reconhecido pelo período de carência. Em decorrência disso, todos os custos dos serviços passados são reconhecidos no momento em que a Companhia efetua algum ajuste ou termina o plano.

Exceto para o IAS 19(R), as normas acima não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia na aplicação inicial.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2013 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para a Companhia.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. Os CPCs aplicados nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela adição dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial enquanto, conforme IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes àquelas adotadas pela Companhia. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio, sendo o ágio apresentado na rubrica Intangíveis.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas da Ambev S.A., negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev S.A., empregando práticas contábeis uniformes.

Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Conforme descrito na Nota 1 – *Informações gerais*, a Companhia adotou o método do custo precedente na consolidação de sua controlada Companhia de Bebidas para todos os períodos apresentados até o dia 17 de junho de 2013, data da Contribuição de Ações.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale a participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, exceto quando aplicada a prática do custo precedente conforme Nota 1(c). A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev S.A. usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev S.A.. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev S.A. reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Conforme descrito na Nota 1 – *Informações gerais*, a Companhia adotou o método do custo precedente para reconhecer sua participação na sua controlada Companhia de Bebidas para todos os períodos apresentados até o dia 17 de junho de 2013, data da Contribuição de Ações.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Operações em conjunto (*joint operations*)

Operações em conjunto (*joint operations*) surgem quando a Companhia tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de um negócio em conjunto.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados ao interesses da Companhia na operação em conjunto (*joint operation*) são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que tem início a operação em conjunto, até a data em que a mesma cessa.

Coligadas e Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Coligadas são aquelas pessoas jurídicas nas quais a Ambev S.A. exerce influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, porém não detém o controle. Em geral, isso é evidenciado por uma participação entre 20% e 50% nos direitos de voto.

Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são negócios sobre os quais a Companhia tem controle comum com uma terceira parte, mas seu direito como sócio é sobre os ativos líquidos da *joint venture*, ao invés de direitos sobre seus ativos, e obrigações sobre seus passivos.

Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data em que tem início a influência significativa ou o controle comum, até a data em que deixam de existir. Quando a parcela da Ambev S.A., de perdas incorridas pela coligada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) excede o valor contábil do investimento, este é reduzido a zero. Só há reconhecimento de perdas adicionais se a

Ambev S.A. tiver incorrido em obrigação legal ou construtiva em nome da coligada ou empreendimento em conjunto (*joint venture*).

Os ganhos não realizados em transações com coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são eliminados na proporção da participação da Ambev S.A. na entidade em questão. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*).

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRSs ou CPCs. O IFRS 3 / CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8 / CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com o USGAAP e o UKGAAP, a prática do custo precedente.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma troca de ações entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real. Em 1º de janeiro de 2013 houve alteração da moeda funcional de determinadas operações não significativas de maltarias no exterior, prospectivamente, conforme parágrafo 35 do IAS 21 / CPC 02 (R2) – *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídos no patrimônio líquido.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2013	2012	2013	2012
CAD	Dólar canadense	Canadá	2,2021	2,0524	2,0945	1,9461
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0551	0,0512	0,0517	0,0497
USD	Dólar americano	Equador, Dinamarca, Luxemburgo e operações de malte na Argentina e Uruguai	2,3426	2,0435	2,1574	1,9476
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,2998	0,2586	0,2744	0,2488
PEN	Novo Sol	Peru	0,8360	0,8007	0,8002	0,7372
ARS	Peso	Argentina	0,3594	0,4156	0,3961	0,4286
BOB	Boliviano	Bolívia	0,3366	0,2936	0,3100	0,2798
PYG	Guarani	Paraguai	0,0005	0,0005	0,0005	0,0004
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1093	0,1053	0,1052	0,0963
CLP	Peso chileno	Chile	0,0045	0,0043	0,0044	0,0040

(f) Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e os equivalentes a caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes a caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Ativos financeiros

g.i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

g. i.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também

são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida.

g. i.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

g. i.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

g. i.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto.

g.ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde

que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

g.ii.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

g.ii.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

g.ii.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

g.ii.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

g.iii) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o seu valor de recuperação.

O valor de recuperação é calculado conforme abaixo:

- em títulos sem cotação de mercado: valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros efetiva original do título;
- em títulos com cotação de mercado: seu valor justo;
- demais ativos: maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quando o valor de recuperação é menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. As perdas referentes a títulos ativos financeiros disponíveis para venda não podem ser revertidas.

g.iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, como por exemplo, a manutenção da documentação requerida incluindo teste de efetividade do *hedge*.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

Quando um instrumento derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um instrumento derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(i) Contas a receber e demais contas a receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são contabilizadas pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada se o recebimento de uma conta a receber se torna duvidoso, ou seja, quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

(j) Estoques

Os estoques são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques são baixados dependendo de caso a caso, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(k) Ativos mantidos para venda

A Companhia classifica como mantido para venda quando o valor residual de determinado ativo não corrente será recuperado pela venda ao invés da utilização normal nas operações. Imediatamente após a classificação como mantido para venda, esses ativos são mensurados com base no menor entre seu valor contábil e seu valor justo menos os custos de venda. Eventual perda por redução ao valor de recuperação é reconhecida no resultado do exercício, assim como ganhos ou perdas subsequentes pela sua remensuração, até o limite do valor contábil original.

Os ativos classificados como mantidos para venda não são depreciados ou amortizados.

(l) Intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa, realizadas com a perspectiva de obter novos entendimentos e conhecimentos técnicos ou científicos, são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas conforme incorridos.

Gastos com atividades de desenvolvimento, em que os resultados da pesquisa são aplicados a um projeto para a produção de novos produtos e processos, ou aprimoramento substancial dos mesmos, são capitalizados se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, os benefícios econômicos futuros forem

prováveis e se a Companhia tiver recursos suficientes para concluir o desenvolvimento. Aos gastos capitalizados incluem-se o custo de materiais e mão-de-obra direta. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa, conforme incorridos. Gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e perdas por redução ao valor de recuperação.

A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Direitos de fornecimento e distribuição

Um direito de fornecimento é o direito da Companhia fornecer a um cliente e o compromisso do cliente de comprar da Companhia. Um direito de distribuição é o direito de vender produtos específicos em um determinado território.

Relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo como direitos de fornecimento, na medida em que surgem de direitos contratuais. Se os critérios de reconhecimento previstos nos IFRS / CPCs não forem cumpridos, essas relações são incluídas no ágio.

Direitos de distribuição adquiridos são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo quando obtido através de uma combinação de negócios.

Amortização relativa aos direitos de fornecimento e distribuição está incluída em despesas com vendas e marketing.

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. Gastos com software desenvolvido internamente são capitalizados quando os gastos se qualificam como atividades de desenvolvimento, caso contrário, são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos.

A amortização relacionada a softwares está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição, vendas e despesas de marketing ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. Softwares e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(m) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com o IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da

alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Gastos com ágio gerado internamente são contabilizados como despesa, conforme incorridos.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 – *Informações gerais*.

(n) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante amortizável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados periodicamente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 – *Informações gerais*.

(o) Contabilização de arrendamentos financeiro e operacional

Arrendamentos de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e os benefícios do bem são classificados como arrendamentos financeiros. Nos arrendamentos financeiros são reconhecidos um ativo e um passivo (empréstimos e financiamentos) por montantes iguais ao menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente das contraprestações do arrendamento no momento inicial. A depreciação e o teste de redução ao valor de recuperação para ativos arrendados depreciáveis é a mesma utilizada para ativos depreciáveis próprios.

Pagamentos do contrato de arrendamento são distribuídos entre o passivo em aberto e encargos financeiros para que seja obtida uma taxa de juros constante e periódica sobre o valor remanescente da dívida.

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional.

Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

(p) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(q) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que possuem estrutura de *hedge* (Nota 15 – *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados pela Companhia a partir de um contrato forem menores do que o custo inevitável do cumprimento das suas obrigações decorrentes do contrato. Tal provisão é mensurada pelo menor valor presente entre o do custo esperado de rescisão do contrato, e o do custo líquido esperado ao dar continuidade ao contrato.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitruste, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre capital próprio, conforme Nota 3 (w)). Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesas no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12 / CPC 32 – *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(t) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

t.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

t.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no

período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrenner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação. Benefícios de rescisão de demissões voluntárias são reconhecidos se a Companhia tiver feito uma oferta incentivando a demissão voluntária, for provável que a oferta será aceita, e o número de aceitações puder ser estimado com segurança.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência. O bônus pago em ações é tratado como pagamento baseado em ações.

(u) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. A Companhia adotou o IFRS 2 / CPC 10 – *Pagamento baseado em Ações* para todos os programas outorgados após 7 de novembro de 2002, que não estavam encerrados em 1º de janeiro de 2007. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(v) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são usualmente atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicável, dos respectivos ativos e passivos.

Os financiamentos de ICMS, obtidos no contexto apresentado na Nota 3 (q), são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados. A Companhia determinou seu custo médio de captação de recursos no mercado de dívidas, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos subsídios. A Companhia tem como procedimento revisar a taxa de desconto utilizada anualmente, em havendo novos empréstimos subsidiados, considerando aplicação prospectiva das taxas médias ponderadas vigentes naquele momento.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste monte a zero.

(w) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante da consideração paga, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos obrigatórios, a qual é contabilizada ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

Quando declarada, a despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

Reserva especial de ágio

A Companhia contabilizou no decorrer do ano o benefício fiscal, decorrente de amortização de ágio, em reserva especial, considerando como instrumento patrimonial, uma vez que não existe o requerimento e/ou a obrigação do acionista controlador subscrever as ações (conforme exceção descrita no IAS 32).

O referido benefício é decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. Conforme permitido pela Instrução nº CVM 319/99, o Protocolo de Justificação firmado em 7 de julho de 2005, que tratou da incorporação, estabeleceu que 70% do benefício fiscal auferido pela Companhia de Bebidas em decorrência da amortização do ágio é objeto de capitalização em proveito do acionista controlador, no caso da AmBrew e da IIBV, devendo os 30% restantes ser capitalizados, em favor de todos os acionistas da Companhia.

(x) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados a cada fechamento para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(y) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduções e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica desconto comercial com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções de vendas.

Receita de aluguel e *royalties*

A receita de aluguel é reconhecida em outras receitas operacionais em bases lineares durante o período do contrato. A receita de *royalties*, proveniente do uso, por empresas que não fazem parte do grupo, de recursos da Companhia, é reconhecida como outras receitas operacionais de acordo com o período de competência.

Subvenção para investimentos e assistências governamentais

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, dividendos recebidos, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(z) Despesas

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Pesquisa e desenvolvimento, publicidade e custos promocionais, e despesas de desenvolvimento de sistemas

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento, publicidade e custos promocionais são registrados como despesa no exercício em que forem incorridos. Não satisfazendo as condições para sua capitalização, os gastos com desenvolvimento de sistemas são registrados à conta de despesa no exercício em que forem incorridos.

(aa) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(bb) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e RefrigereNanc), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de performance de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 19 – *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil, onde operamos duas sub unidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes, (b) na América Latina Hispânica de Operações, excluindo a América Latina - Sul (“HILA-ex”), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vicent, Republica Dominica e Antígua) e Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua), e (c) Ambev Luxemburgo;
- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador⁽ⁱ⁾ e Peru⁽ⁱ⁾; e
- Canadá, representada pelas operações Labatt, que inclui vendas internas no Canadá.

(i) A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia transferiu a responsabilidade pela gestão do Equador e Peru para a zona América Latina - Sul. Estes países eram previamente reportados na zona América Latina - Norte. As informações da Nota 19 – *Informações por segmento*, relativas a 2012 para América Latina - Sul e América Latina - Norte foram ajustadas para fins de comparação.

(cc) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Seguem novos requerimentos IFRS / CPC a serem aplicáveis no futuro. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, eles não foram aplicados antecipadamente na preparação destas demonstrações contábeis.

IFRIC 21 - Taxas:

A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

IFRS 9 é a regra emitida como parte de um projeto para substituir o IAS 39. IFRS 9 retém, mas simplifica os modelos de mensuração, e estabelece duas categorias principais de mensuração dos ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro. O IFRS 9 introduz também um novo modelo de contabilidade de *hedge*, juntamente com divulgações sobre gestão de riscos para as empresas que aplicam a contabilização de *hedge*. Como o projeto IFRS 9 ainda não foi concluído, o IASB decidiu que a data de vigência obrigatória deve ser decidida quando todo o projeto IFRS 9 estiver mais próximo da conclusão.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os CPCs e IFRS requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil do custo precedente (Nota 1 (c));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (m));
- (iii) *impairment* (Nota 3 (g.iii) e (x));
- (iv) provisões (Nota 3 (r));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (u));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (t));
- (vii) imposto corrente e diferido (Nota 3 (s)); e
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d)).

Julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos CPCs e IFRS que tenham um efeito significativo nas demonstrações contábeis e estimativas com risco significativo de ajuste material no próximo exercício são discutidos nas notas relevantes a seguir.

5. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	-	-	440.614	69.851
Contas correntes	357	1.452	1.674.362	2.372.055
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	136.664	46.703	9.170.857	6.532.414
Caixa e equivalentes a caixa	137.021	48.155	11.285.833	8.974.320
Conta garantida	-	-	-	(123)
Caixa e equivalentes a caixa líquido	137.021	48.155	11.285.833	8.974.197

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	2013	2012
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	288.604	291.183
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	185.424
Ativo circulante	288.604	476.607
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽ⁱ⁾	-	187.943
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	63.796	61.436
Ativo não circulante	63.796	249.379
Total	352.400	725.986

(i) Refere-se à operação na qual a Companhia de Bebidas e a Cerveceria Regional S.A. (“Cerveceria Regional”) combinaram seus negócios na Venezuela, com participação de 15% e 85%, respectivamente. Durante o exercício

de 2013, a Companhia apurou uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no valor total de seu investimento naquele país, registrada como outros custos financeiros (Nota 24 – *Despesas e receitas financeiras*).

7. CONTAS A RECEBER E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes	-	-	2.927.288	2.467.987
Juros a receber	-	-	76.597	127.086
Impostos indiretos a recuperar	-	-	740.643	468.743
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	-	-	609.621	340.619
Despesas antecipadas com marketing	-	-	787.333	710.637
Dividendos a receber	-	14.803	-	-
Partes relacionadas	5.086	6.687	-	-
Outras contas a receber	4.484	-	302.243	152.941
Ativo circulante	9.570	21.490	5.443.725	4.268.013
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.416
Garantias e depósitos	-	-	546.309	552.513
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	-	-	1.685	30.502
Impostos a recuperar	-	-	463.015	362.693
Despesas antecipadas com marketing	-	-	148.415	172.943
Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	-	-	1.100.784	734.946
Ativo não circulante	-	-	2.260.208	1.855.013
Total	9.570	21.490	7.703.933	6.123.026

(i) Do montante de R\$1.100.784 (R\$734.946 em 2012) apresentado como Outras contas a receber (Ativo não circulante), R\$697.470 (R\$634.396 em 2012) estão relacionados a valores a receber do antigo acionista (ELJ) da Cerveceria Nacional Dominicana (“CND”).

Em decorrência do baixo prazo médio de recebimento da carteira de clientes, os valores justos das contas a receber de clientes são extremamente próximos aos valores registrados.

Os valores que a Controladora tem a receber de partes relacionadas correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

A idade de nossas contas a receber de clientes classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Consolidado					
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer	Vencidos			
			Entre 30 e 60 dias	Entre 60 e 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias
2013	2.927.288	2.859.490	28.511	9.886	8.151	21.250
2012	2.467.987	2.412.349	35.758	15.941	3.939	-

De acordo com o IFRS 7 / CPC 40 – *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a análise dos recebíveis vencidos, mas não provisionados em 31 de dezembro de 2013 considera também a parte não vencida do contas a receber, bem como a existência de garantias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2013 foi de R\$38.691 no Consolidado (R\$40.960 em 2012).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	2013	2012
Produtos acabados	875.963	697.966
Produtos em elaboração	246.689	204.455
Matérias-primas	1.294.146	1.195.153
Materiais de produção	31.579	59.470
Almoxarifado e outros	267.521	248.660
Adiantamentos	121.987	88.346
Provisão para perdas	(42.395)	(27.709)
	2.795.490	2.466.341

O valor das perdas em estoques reconhecidas no resultado no Consolidado foi de R\$78.455 (R\$83.824 em 2012).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, as alíquotas, estão demonstradas abaixo:

HILA-ex (Guatemala e República Dominicana) de 23% a 31%

América Latina Sul
Canadá

de 14% a 35%
26%

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora					
	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais a utilizar	11.000	-	11.000	9.665	-	9.665
Provisões	1.610	-	1.610	-	-	-
Juros sobre capital próprio	824.501	-	824.501	-	-	-
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	837.111	-	837.111	9.665	-	9.665
Compensação	-	-	-	-	-	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	837.111	-	837.111	9.665	-	9.665

	Consolidado					
	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Contas a receber e demais contas a receber	47.944	-	47.944	37.733	-	37.733
Derivativos	50.801	(20.938)	29.863	294.775	(171)	294.604
Estoques	138.820	(1.654)	137.166	115.053	(609)	114.444
Prejuízos fiscais a utilizar	293.330	-	293.330	342.298	-	342.298
Créditos tributários de reestruturação societária	-	-	-	229.807	-	229.807
Benefícios a empregados	477.182	-	477.182	523.724	-	523.724
Imobilizado	26.559	(667.386)	(640.827)	27.647	(607.614)	(579.967)
Ativo intangível	5.741	(605.011)	(599.270)	5.753	(610.295)	(604.542)
Ágio	-	-	-	29.200	-	29.200
Contas a pagar e demais contas a pagar	-	(894.335)	(894.335)	-	(413.921)	(413.921)
Empréstimos e financiamentos	7.520	-	7.520	120.068	(4.419)	115.649
Provisões	233.868	(21.503)	212.365	287.908	(6.103)	281.805
Juros sobre capital próprio	824.501	-	824.501	60.424	-	60.424
Lucros auferidos em regime específico de subsidiária no exterior	-	(247.750)	(247.750)	-	(291.165)	(291.165)
Outros itens	-	(96.845)	(96.845)	-	(79.621)	(79.621)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	2.106.266	(2.555.422)	(449.156)	2.074.390	(2.013.918)	60.472
Compensação	(459.736)	459.736	-	(646.210)	646.210	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.646.530	(2.095.686)	(449.156)	1.428.180	(1.367.708)	60.472

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados, não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2013, os impostos diferidos ativos e passivos líquidos têm a seguinte expectativa de realização\liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais				
a ser recuperado em até 12 meses	826.111	-	1.336.041	1.231.434
a ser recuperado depois de 12 meses	-	-	(2.078.527)	(1.513.260)
	826.111	-	(742.486)	(281.826)
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais				
2013	-	9.665	-	40.755
2014	-	-	93.659	79.858
2015	-	-	67.991	48.064
2016	-	-	107.226	141.379
A partir de 2017 ⁽ⁱ⁾	11.000	-	24.454	32.242
	11.000	9.665	293.330	342.298
Total	837.111	9.665	(449.156)	60.472

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.665	60.472
Reconhecido no resultado	827.446	(545.402)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	35.774
Saldo em 31 de dezembro de 2013	837.111	(449.156)

Em 31 de dezembro de 2013, ativos fiscais diferidos no montante de R\$253.850 (R\$331.151 em 31 de dezembro 2012) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

O prazo de prescrição desses ativos é, em média, de cinco anos, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$1.014.369 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.080.216 em 31 de dezembro de 2012).

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes foram os seguintes:

	Consolidado	
	2013	2012
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Reconhecimento integral de ganhos e (perdas) atuariais	(91.825)	-
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:		
Hedges de fluxo de caixa - ganhos e (perdas)	(37.951)	-
Hedges de investimento líquido - ganhos e (perdas)	119.258	-
	81.307	-

10. INVESTIMENTOS - Controladora

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	25.155.553	23.034.389
Participação nos resultados de controladas e coligadas	8.677.569	6.313.741
Dividendos recebidos e a receber	(2.046.603)	-
Efeito de conversão de investimentos em controladas	225.527	314.342
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	62.466	-
Ganhos / (perdas) atuariais em controladas	202.050	-
Opção de venda de participação em controlada	(54.065)	-
Ganhos / (perdas) de participação	(28.242)	-
Pagamento baseado em ações em controladas	115.745	-
Dividendos prescritos	15.636	-
Incorporação de ações	97.054.802	-
Ajuste de transações entre sócios ⁽ⁱ⁾	(85.242.633)	-
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente ⁽ⁱⁱ⁾	(1.241.592)	(4.506.919)
Saldo no final do exercício	42.896.213	25.155.553

⁽ⁱ⁾ Conforme explicado na Nota 18 (d.6), no âmbito do ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações contábeis individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade na operação de troca de ações, para harmonizá-la às demonstrações contábeis consolidadas.

⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde ao efeito reflexo de movimentações de capital da controlada, o qual foi registrado em ajustes de avaliação patrimonial na Companhia.

b) Informações sobre controladas direta e indiretas:

	2013			2012		
	Participação %	Patrimônio Líquido	Investimento	Participação %	Patrimônio Líquido	Investimento
Controlada direta						
Companhia de Bebidas	100,00%	(243.937)	(243.937)	61,88%	(2.776.069)	(1.717.883)
Controladas da Companhia de Bebidas						
Agrega	50,00%	21.002	10.501	30,94%	17.948	5.553
Ambev Bebidas ^{(i) (ii)}	99,99%	2.067.806	2.024.207	61,31%	2.032.797	1.219.340
Anep - Antartica Empreendimentos e Participações Ltda	100,00%	59.372	59.372	61,88%	162.900	100.806
Arosuco ⁽ⁱ⁾	99,70%	2.742.754	2.541.612	61,70%	2.222.908	1.280.017
BSA Bebidas Ltda ⁽ⁱ⁾	100,00%	33.532	30.425	61,88%	49.946	29.823
CRBS S.A. ⁽ⁱ⁾	69,84%	1.751.505	1.206.436	43,22%	2.135.929	908.263
Dahlen S.A.	100,00%	198.033	198.033	61,88%	151.281	93.615
Eagle ^{(i) (v)}	95,46%	3.775.629	3.604.684	59,05%	3.603.613	2.128.296
Fazenda do Poço Agrícola e Florestamento S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	0,00%	-	-	56,57%	(188)	(106)
Hohneck S.A.	50,69%	1.195.553	606.048	31,37%	1.073.081	336.615
Ambev Luxemburgo ^(iv)	89,83%	24.501.302	22.008.759	55,59%	21.481.345	11.940.550
Lambic Holding S.A.	87,10%	575.959	501.654	53,90%	494.743	266.659
Lizar	64,55%	34.749	22.430	39,94%	24.895	9.944
Londrina Bebidas Ltda ⁽ⁱ⁾	95,89%	360.670	335.142	59,34%	245.038	138.781
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱ⁾	60,00%	1.483.125	855.502	37,13%	1.268.770	449.120
Skol ^(v)	54,79%	2.919.646	1.599.766	30,42%	2.209.520	672.026
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente (vi)			<u>7.535.579</u>			<u>7.294.134</u>
			42.896.213			25.155.553

	2013			2012		
	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Controlada direta						
Companhia de Bebidas	100,00%	492.964	173.944	61,88%	2.637.925	1.632.397
Controladas da Companhia de Bebidas						
Agrega	50,00%	20.055	10.027	30,94%	12.534	3.878
Ambev Bebidas ^{(i) (ii)}	99,99%	965.674	1.076.429	61,31%	831.900	494.860
Anep - Antartica Empreendimentos e Participações Ltda Arosuco ⁽ⁱ⁾	100,00%	61.757	61.757	61,88%	63.619	39.369
BSA Bebidas Ltda ⁽ⁱ⁾	99,70%	2.197.047	2.145.335	61,70%	1.918.353	1.150.515
CRBS S.A. ⁽ⁱ⁾	100,00%	8.000	6.647	61,88%	16.074	10.378
Dahlen S.A.	69,84%	2.798.995	1.962.131	43,22%	2.378.980	1.023.489
Eagle ^{(i) (v)}	100,00%	(29)	(29)	61,88%	(1.144)	(708)
Fazenda do Poço Agrícola e Florestamento S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	95,46%	402.855	385.995	59,05%	365.663	215.942
	0,00%	-	-	56,57%	(785)	(444)
Hohneck S.A.	50,69%	122.472	62.083	31,37%	18.099	5.678
Labatt AS ^(iv)	50,69%	122.472	62.083	31,37%	18.099	5.678
	0,00%	-	-	0,00%	2.284.846	1.278.527
Ambev Luxemburgo ^(iv)	89,83%	2.292.849	2.131.882	55,59%	415.439	230.924
Lambic Holding S.A.	87,10%	81.216	70.738	53,90%	101.410	54.658
Lizar	64,55%	9.854	6.361	39,94%	17.330	6.922
Londrina Bebidas Ltda ⁽ⁱ⁾	95,89%	354.300	339.725	59,34%	231.923	137.614
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱ⁾	60,00%	211.970	128.301	37,13%	206.629	126.200
Skol ^(v)	54,79%	318.021	161.429	30,42%	81.507	16.601
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente ^(vi)		(45.186)			(113.059)	
		8.677.569			6.313.741	

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não representar o valor correto em função dos arredondamentos dos percentuais de participação.

(i) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.

(ii) Alteração de participação referente à reestruturação societária de controladas.

(iii) Sociedade incorporada pela Londrina em outubro de 2013.

(iv) Em dezembro de 2012 a Ambev Luxemburgo assumiu as participações nas empresas anteriormente detidas pela Labatt AS, a qual foi encerrada na mesma data.

(v) Alteração de participação referente a aumento de capital por parte da Ambev, com renúncia da acionista não-subscritora.

(vi) Ajuste decorrente de mudança de prática contábil (Nota 1(c)).

c) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Tabela de outras participações indiretas (%)

Denominação	2013	2012
Linthal S.A.	100,00%	0,00%
Quilmes International (Bermuda) ⁽ⁱ⁾	0,00%	100,00%
Labatt Brewing	100,00%	100,00%
Jalua Spain S. L.	100,00%	100,00%
Monthiers	100,00%	100,00%
Aspen	100,00%	100,00%

(i) Em setembro de 2013 a Quilmes International foi incorporada pela Ambev Luxemburgo.

d) Negócios em conjunto:

Os seguintes valores representam a participação da Ambev S.A. em negócios em conjunto, e foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Consolidado	
	2013	2012
Ativo circulante	99.556	117.288
Ativo não circulante	228.750	248.931
Passivo circulante	254.198	229.572
Passivo não circulante	133.667	300.898
Resultado operacional	38.679	35.350
Lucro atribuível aos acionistas	13.970	16.750

e) Principais controladas com participação de não-controladores relevante:

As controladas indiretas Companhia Cervecería Ambev Dominicana (“Embodom”), Cervecería Nacional Dominicana S.A. (“CND”), Cervecería Boliviana Nacional S.A. e Cervecería Paraguay S.A. são as que possuem maior participação de não controladores, representando, em conjunto, 11,4% do lucro líquido da Ambev S.A. atribuído à participação de não controladores.

11. IMOBILIZADO

	2013					Consolidado
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	2012 Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	5.024.644	15.668.981	2.828.671	1.601.520	25.123.816	21.886.121
Efeito de variação cambial	51.383	151.803	26.743	(9.725)	220.204	582.014
Aquisições por meio de combinações de negócios	-	-	-	76	76	721.862
Aquisições	13.771	276.549	89.550	3.259.161	3.639.031	2.971.471
Alienações	(102.427)	(1.404.648)	(352.496)	(687)	(1.860.258)	(941.721)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	662.579	1.604.477	373.452	(2.807.516)	(167.008)	(97.831)
Outros	77	(1.841)	1.923	-	159	1.900
Saldo final	5.650.027	16.295.321	2.967.843	2.042.829	26.956.020	25.123.816
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(1.622.244)	(9.160.168)	(1.990.120)	-	(12.772.532)	(11.510.633)
Efeito de variação cambial	(22.577)	(111.003)	(18.533)	-	(152.113)	(378.613)
Depreciação	(176.231)	(1.356.859)	(325.134)	-	(1.858.224)	(1.732.110)
Perda por redução ao valor de recuperação	(84)	(71.645)	(1.242)	-	(72.971)	(56.444)
Alienações	94.964	1.340.855	340.648	-	1.776.467	855.795
Transferências (de) para outras categorias de ativos	952	26.140	33.060	-	60.152	46.144
Outros	-	1.014	(54)	-	960	3.329
Saldo final	(1.725.220)	(9.331.666)	(1.961.375)	-	(13.018.261)	(12.772.532)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2012	3.402.400	6.508.813	838.551	1.601.520	12.351.284	12.351.284
31 de dezembro de 2013	3.924.807	6.963.655	1.006.468	2.042.829	13.937.759	

As aquisições efetuadas no exercício referem-se substancialmente a modernização, reformas, ampliação de linhas e construção de novas plantas com o objetivo de aumentar a capacidade instalada.

As transferências referem-se principalmente à transferência de imobilizado em andamento para as categorias definitivas de ativo, incluso intangível.

A capitalização de juros é feita sobre empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição e construção de ativos qualificáveis. O valor dos juros sobre empréstimos capitalizados no exercício de 2013 foi de R\$54.353 no Consolidado (R\$84.540 no Consolidado em 2012). A taxa de capitalização dos juros praticada em 2013 variou entre 6,36% e 11,29% ao ano (11,29% em 2012).

A Companhia arrenda máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, os quais foram contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O valor contábil dos ativos arrendados no Consolidado é de R\$22.011 em 31 de dezembro de 2013 (R\$47.772 em 31 de dezembro de 2012).

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado representam R\$196.416 em 31 de dezembro de 2013 (R\$212.668 em 31 de dezembro de 2012).

12. ATIVO INTANGÍVEL

	2013					Consolidado 2012
	Contratos de					
Custo de aquisição	Marcas	distribuição	Software	Outros	Total	Total
Saldo inicial	2.476.332	1.510.129	498.367	217.086	4.701.914	3.376.904
Efeito de variação cambial	77.214	2.600	(6.960)	(4.939)	67.915	253.675
Aquisições	-	162.665	1.356	92.548	256.569	134.186
Alienação	-	(828)	(14.083)	-	(14.911)	(2.550)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	-	-	-	887.816
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(5.249)	-	107.070	5.557	107.378	51.883
Saldo no final	2.548.297	1.674.566	585.750	310.252	5.118.865	4.701.914
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação ⁽ⁱ⁾						
Saldo inicial	(1.883)	(1.253.512)	(368.762)	(141.656)	(1.765.813)	(1.613.870)
Efeito de variação cambial	-	-	4.182	-	4.182	(916)
Amortização	-	(95.378)	(42.207)	(18.201)	(155.786)	(153.381)
Alienação	-	-	10.414	-	10.414	2.550
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	(2.067)	4.326	(570)	1.689	(196)
Saldo no final	(1.883)	(1.350.957)	(392.047)	(160.427)	(1.905.314)	(1.765.813)
Valor contábil:						
31 de Dezembro de 2012	2.474.449	256.617	129.605	75.430	2.936.101	2.936.101
31 de Dezembro de 2013	2.546.414	323.609	193.703	149.825	3.213.551	

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

Apenas as marcas são consideradas ativos intangíveis de vida útil indefinida. A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida foi alocado para os seguintes países:

	2013	2012
Argentina	568.229	642.125
Bolívia	401.605	350.327
Brasil	-	5.507
Canadá	88.744	83.415
Chile	56.456	53.925
Paraguai	386.626	364.451

República Dominicana	935.154	869.384
Uruguai	109.600	105.315
	2.546.414	2.474.449

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 13 - *Ágio*.

Os recursos provenientes de *royalties* que poderiam ser obtidos com licenciamento do intangível para um terceiro em uma transação em condições normais de mercado também são usados como indicadores de valor justo.

13. ÁGIO

	Consolidado	
	2013	2012
Saldo inicial	26.645.245	23.814.235
Efeito da variação cambial	501.908	686.703
Aquisição de subsidiárias ⁽ⁱ⁾	132.685	2.144.307
Outros	(258.707)	-
Saldo final	27.021.131	26.645.245

(i) Refere-se substancialmente a aquisição da Cerveceria Nacional Dominicana (“CND”) durante o exercício de 2012, conforme já apresentado nas demonstrações contábeis anuais de 2012 da Companhia de Bebidas.

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGCs”):

		Consolidado	
	Moeda funcional	2013	2012
LAN:			
Brasil	BRL	17.329.026	17.424.879
República Dominicana	DOP	2.435.529	2.321.116
LAS:			
Argentina	ARS	905.299	1.046.781
Bolívia	BOB	828.631	722.831
Equador	USD	3.918	2.746
Chile	CLP	39.103	37.351
Paraguai	PYG	679.044	642.503
Peru	PEN	46.437	44.479
Uruguai	UYU	162.166	156.209
NA:			
Canadá Holding	BRL ⁽ⁱ⁾	35.850	-
Canadá Operacional	CAD	4.556.128	4.246.350
		27.021.131	26.645.245

(i) O ágio de R\$14.414.448 relacionado às operações no Canadá, o qual foi divulgado nas demonstrações contábeis de 2012 da Companhia de Bebidas, referente à aquisição das operações no Canadá pela ABI em 2004, foi revertido como parte dos ajustes contábeis registrados para refletir a base contábil da ABI. O ágio do Canadá Operacional acima reflete o ágio registrado pela ABI quando essas operações já tinham sido adquiridas.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A UGC à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) tiver sido alocado deve ser testada para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável (“*impairment*”). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o *goodwill*), com o seu valor recuperável, e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de que a UGC possa estar desvalorizada.

Ao final de 2013, a Ambev S.A. efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não apurou uma provisão relevante por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Ambev S.A. acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar. Durante a avaliação, a Companhia realizou análise de sensibilidade para as premissas, incluindo o custo médio ponderado de capital e a taxa de crescimento terminal. Embora uma alteração nas estimativas utilizadas possa ter um efeito relevante sobre o cálculo do valor justo e ocasionar uma perda referente à redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia, baseada nas análises de sensibilidade realizadas acerca dos pressupostos bases, não tem conhecimento de qualquer mudança possível em uma premissa utilizada que possa fazer com que o valor contábil de uma unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável.

O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 39% do total de ativos consolidados da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2013 (43% em 31 de dezembro de 2012), é testado para fins de redução ao valor recuperável, por UGC (um nível abaixo do segmento). Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Sempre que ocorre uma combinação de negócios, o ágio é alocado a partir da data de aquisição, em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o IAS 36 / CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, no qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição para as principais unidades de negócio e para as unidades de negócio que apresentam elevado capital investido nos múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA) e múltiplos de avaliação para as outras unidades de negócio.

As projeções são preparadas na moeda funcional de cada unidade de negócio e descontadas pelo custo médio ponderado de capital, considerando as sensibilidades sobre essa métrica. O custo médio ponderado de capital, em dólares nominais, para o teste de *impairment* do ágio realizado variou conforme a seguir:

	2013	2012
América Latina Norte	de 7,77% a 9,84%	de 9,90% a 15,35%
América Latina Sul	de 6,24% a 21,25%	de 7,30% a 7,56%
Canadá	5,86%	4,87%
Venezuela	34,23%	17,21%

Apesar de a Ambev S.A. acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais estimativas sob diferentes premissas e condições.

14. CONTAS A PAGAR E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores e despesas provisionadas	12.395	-	7.925.422	6.560.687
Salários e encargos	845	-	722.090	566.084
Impostos indiretos a pagar	440	386	2.177.382	2.046.760
Diferimento de impostos sobre vendas ⁽ⁱ⁾	-	-	57.633	54.723
Juros a pagar	134	-	20.488	38.734
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	-	-	945.554	1.051.654
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	915.130	11.037	1.095.165	3.099.939
Partes relacionadas	28.697	18.836	-	-
Opção de venda de participação em controlada ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	1.983.468	-
Outras contas a pagar	-	-	180.265	160.756
Passivo circulante	957.641	30.259	15.107.467	13.579.337
Fornecedores	-	-	69.422	45.021
Diferimento de impostos sobre vendas ⁽ⁱ⁾	-	-	517.839	528.776
Impostos, taxas e contribuições	-	-	365.151	250.545
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	-	-	32.505	4.177
Opção de venda de participação em controlada ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	537.279	2.125.754
Outras contas a pagar	-	-	34.751	109.715
Passivo não circulante	-	-	1.556.947	3.063.988
Total	957.641	30.259	16.664.414	16.643.325

(i) Os saldos de diferimento de impostos sobre as vendas referem-se ao financiamento de ICMS com determinados estados do Brasil como parte de programas de incentivos a indústria. As percentagens diferidas podem ser fixas ao longo do programa ou variar regressivamente, desde 65% a 90% no primeiro ano e nos anos posteriores até o último chegando a percentuais a partir de 50%. Os valores diferidos são usualmente corrigidos por um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas.

(ii) Como parte do acordo de acionistas entre a Companhia de Bebidas e a ELJ uma opção de venda (“put”) foi emitida, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia de Bebidas das ações remanescentes da CND.

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos* divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos bancários com garantia	-	-	203.019	65.170
Empréstimos bancários sem garantia	-	-	808.962	753.819
Outros empréstimos sem garantia	-	-	26.854	17.200
Arrendamentos financeiros	-	-	1.768	1.583
Passivo circulante	-	-	1.040.603	837.772
Empréstimos bancários com garantia	86.415	-	449.915	243.833
Empréstimos bancários sem garantia	-	-	884.119	1.462.331
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	-	-	336.641	429.745
Outros empréstimos sem garantia	-	-	163.381	151.493
Arrendamentos financeiros	-	-	19.396	18.555
Passivo não circulante	86.415	-	1.853.452	2.305.957
Total	86.415	-	2.894.055	3.143.729

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa, para o *Bond* 2017 e dívidas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES); (ii) cesta de moedas (UMBNDDES) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para os empréstimos do BNDES e taxa variável para empréstimos em USD.

Em 31 de dezembro de 2013 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

Controladora						
Instrumentos de Dívida	2013			2012		
	Taxa média a.a	Circulante	Não Circulante	Taxa média a.a	Circulante	Não Circulante
Dívida em Reais - taxa fixa	3,50%	-	86.415	0,00%	-	-
Consolidado						
Instrumentos de Dívida	2013			2012		
	Taxa média a.a	Circulante	Não Circulante	Taxa média a.a	Circulante	Não Circulante
Dívida denominada em USD taxa fixa	0,51%	123.405	36.835	-	-	-
Dívida denominada em USD taxa flutuante	1,48%	171.097	207.529	6,14%	147.462	270.687
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDDES)	1,75%	153.265	189.151	1,76%	126.684	252.241
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	8,07%	17.892	11.060	6,81%	5.725	73.309
Outras moedas latino-americanas taxa Fixa	13,00%	-	47.116	-	-	-
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	7,17%	513.035	741.013	6,79%	473.805	1.077.664
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	3,01%	26.854	163.381	3,38%	17.200	151.493
Dívida em Reais - taxa fixa	7,07%	35.055	457.367	7,90%	66.896	480.563
Total		1.040.603	1.853.452		837.772	2.305.957

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2013

Controladora						
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	86.415	-	-	-	23.202	63.213
	86.415	-	-	-	23.202	63.213
Consolidado						
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	652.934	203.019	190.242	107.655	70.821	81.197
Empréstimos bancários sem garantia	1.693.081	808.962	450.767	348.336	85.016	-
Debêntures e Bonds emitidos	336.641	-	-	57.609	279.032	-
Outros empréstimos sem garantia	190.235	26.854	52.430	34.069	22.246	54.636
Arrendamentos financeiros	21.164	1.768	1.842	1.577	3.451	12.526
	2.894.055	1.040.603	695.281	549.246	460.566	148.359

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	309.003	65.170	97.168	47.228	53.299	46.138
Empréstimos bancários sem garantia	2.216.150	753.819	617.059	492.414	340.330	12.528
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	429.745	-	-	61.655	368.090	-
Outros empréstimos sem garantia	168.693	17.200	23.385	23.845	22.049	82.214
Arrendamentos financeiros	20.138	1.583	2.729	5.103	5.557	5.166
	3.143.729	837.772	740.341	630.245	789.325	146.046

Cláusulas contratuais (*Covenants*)

As dívidas da Companhia têm direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, onde são prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia prevêm tão somente a prestação de garantia de outras empresas do grupo. Os contratos financeiros prevêm cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente previsto no estatuto social da Companhia ou na legislação local; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro – incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (e.g. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de eventos previstos nas referidas cláusulas, é usualmente prevista a concessão à Companhia de um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (“Disposições”). De acordo com

referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atende aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16. PROVISÕES

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2013
Reestruturação	4.382	320	4.294	(2.926)	6.070
Contingências					
Cíveis	30.531	(948)	22.803	(42.874)	9.512
Imposto sobre vendas ^(a)	183.643	-	148.560	(190.640)	141.563
Imposto de renda	150.868	3.608	153.527	(158.144)	149.859
Trabalhistas ^(b)	180.133	(815)	208.656	(213.607)	174.367
Outros	105.971	1.208	110.653	(122.552)	95.280
Total contingências	651.146	3.053	644.199	(727.817)	570.581
Total provisões	655.528	3.373	648.493	(730.743)	576.651

	Consolidado				
	Total	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Reestruturação	6.070	5.462	608	-	-
Contingências					
Cíveis	9.512	1.367	2.556	5.208	381
Imposto sobre vendas ^(a)	141.563	44.627	30.420	61.981	4.535
Imposto de renda	149.859	30.213	37.547	76.502	5.597
Trabalhistas ^(b)	174.367	52.648	38.197	77.828	5.694
Outros	95.280	10.641	26.561	54.118	3.960
Total contingências	570.581	139.496	135.281	275.637	20.167
Total provisões	576.651	144.958	135.889	275.637	20.167

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

Principais processos com perda provável:

(a) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e Cofins. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(b) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em 4.108 mil processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c) Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores principalmente no Brasil, os quais se referem principalmente a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

17. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão privados e a composição dos mesmos.

A Ambev S.A. mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2013, a

Companhia contribuiu com R\$16.296 para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro, está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2013	2012
Valor presente das obrigações custeadas	(4.681.235)	(4.748.604)
Valor justo dos ativos do plano	4.088.576	4.279.143
Valor presente de obrigações líquidas	(592.659)	(469.461)
Valor presente das obrigações não custeadas	(644.643)	(669.744)
Valor presente das obrigações líquidas	(1.237.302)	(1.139.205)
Ativos não reconhecidos	(285.633)	(612.173)
Passivos	(1.522.935)	(1.751.378)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(11.870)	(4.050)
Total dos benefícios a funcionários	(1.534.805)	(1.755.428)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial		
Passivos	(1.558.261)	(1.780.908)
Ativos	23.456	25.480
Passivos líquidos	(1.534.805)	(1.755.428)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(5.418.348)	(4.661.601)
Custo de serviços	(59.899)	(52.243)
Custo de juros	(302.199)	(287.198)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	(76.649)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	25.179	284
Contribuições participantes do plano	(3.217)	(3.224)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas demográficas	(155.006)	32.958
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	592.619	(295.135)
Ajustes de experiência	(75.908)	(8.496)
Diferenças cambiais	(281.946)	(403.904)
Benefícios pagos	352.847	336.860
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(5.325.878)	(5.418.348)

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$470.496 (R\$572.879 em 2012) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrener. A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev S.A. no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	4.279.143	3.648.538
Receita de juros	272.835	262.863
Custos de administração	(5.027)	(4.566)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(110.440)	267.841
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	48.125
Contribuições da Ambev	128.027	143.262
Contribuições dos participantes do plano	3.217	3.224
Diferenças cambiais	182.037	242.149
Acordos, liquidações e outros	(308.369)	-
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(352.847)	(332.293)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	4.088.576	4.279.143

O retorno real dos ativos em 2013 foi de uma perda de R\$(368.770) (ganho de R\$25.970 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou um montante de R\$23.456 referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros, que se espera fluírem para a Companhia, portanto, este ativo não deve sobrepor aos tratamentos de perdas atuariais ou de custo do serviço passado.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2013	2012
Impacto do limite sobre o reconhecimento do ativo em 1º de janeiro	25.480	18.506
Receita (despesa) de juros	2.130	(57.713)
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita (despesa) de juros	(4.154)	64.687
Impacto do limite sobre o reconhecimento do ativo em 31 de dezembro	23.456	25.480

A receita / (despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Custos de serviços correntes	(59.899)	(54.605)
Custos de administração	(5.027)	(4.566)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	25.179	(1.572)
Resultado operacional	(39.747)	(60.743)
Custo financeiro	(85.684)	(82.009)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(125.431)	(142.752)

A receita / (despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo de vendas	(23.237)	(22.723)
Despesas comerciais	(3.412)	(23.360)
Receitas administrativas	(17.924)	(14.660)
Despesas financeiras	(80.858)	(82.009)
	(125.431)	(142.752)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Taxa de desconto	6,6%	5,7%
Inflação	2,7%	2,8%
Aumentos de salários futuros	3,9%	4,1%
Aumentos de pensão futuros	2,7%	2,7%
Tendência de custo com plano de saúde	7,0% a.a. com redução 5,6%	7,4% a.a. com redução 5,9%
Tendência de custo com plano odontológico	4,5%	4,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	84	84
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	86	86

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos do plano são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. A maior parte dos planos custeados da Companhia mantém uma proporção de ações, que deverão superar a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Ao longo dos planos, a empresa geralmente reduz o nível de risco de investimento, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos. No entanto, a Companhia acredita que, devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, manter investimentos em ações é um elemento apropriado à estratégia de longo prazo da Companhia para gerenciar os planos com eficiência.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, embora isso seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano ou são afetados por ou vagamente correlacionados a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos objetiva trazer benefícios para a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada. A Companhia monitora ativamente como a duração e o rendimento esperado dos investimentos estão se comportando em relação às saídas de caixa esperadas decorrentes da obrigação de pensão. A empresa não mudou os procedimentos utilizados para gerenciar seus riscos de períodos anteriores.

A sensibilidade das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

	Consolidado		
	2013		
	Alteração na premissa	Aumento na obrigação	Redução na obrigação
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(78.338)	67.242
Taxa de desconto	50 pontos base	287.844	(309.596)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(15.842)	15.263
Longevidade	Um ano	(161.512)	166.126

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: frequentemente, as condições econômicas e suas mudanças afetarão simultaneamente diversas premissas e os efeitos das mudanças nas principais premissas não são lineares. Dessa forma, as informações acima não são necessariamente uma representação razoável dos resultados futuros.

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	2013			2012		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	21%	0%	21%	17%	0%	17%
Títulos corporativos	17%	0%	17%	20%	0%	20%
Instrumentos patrimoniais	40%	0%	40%	40%	0%	40%
Propriedade	0%	1%	1%	0%	0%	0%
Outros	21%	0%	21%	23%	0%	23%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev S.A. reconhece os ativos desse plano (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras, nesse caso em montante equivalente ao passivo atuarial correspondente.

A Ambev S.A. espera contribuir com aproximadamente R\$103.392 para os seus planos de benefício definido em 2014.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2013		2012	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias ⁽ⁱ⁾	Milhares de reais
No início do exercício	249.061	249.061	249.061	249.061
Contribuição de ações	9.444.537	8.206.879	-	-
Incorporação de ações	5.967.838	48.527.401	-	-
Emissões no exercício	2.843	17.449	-	-
No final do exercício	15.664.280	57.000.790	249.061	249.061

(i) As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2012 foram refeitas para refletir o efeito dos aportes de capital, conforme descrito na Nota 1(c).

(b) Reservas de capital

	Atribuído à participação dos controladores				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total das reservas de capital
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	-	-	-	-
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	-	5.163.148	1.012.723	599.080	6.774.951
Incorporação de ações	-	48.527.401	-	-	48.527.401
Gastos com emissão de ações	-	(26.866)	-	-	(26.866)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(28.800)	-	-	-	(28.800)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	115.745	115.745
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(28.800)	53.663.683	1.012.723	714.825	55.362.431

(i) Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a política contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo disposto nos atos societários.

(b.1) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamento baseado em ações, leilão e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

2013			
	Compra de ações		Resultado sobre ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Total ações em tesouraria
			Milhares de reais
No início do exercício	-	-	-
Alterações no exercício	1.354	(22.955)	(5.845)
No final do exercício	1.354	(22.955)	(5.845)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizado para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$182.227 e R\$144.644 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Atribuído à participação dos controladores				
	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Total reservas de lucros
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	2.132	-	38.089	40.221
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(38.089)	(38.089)
Reserva legal	-	2.324	-	-	2.324
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	47.193	47.193
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	4.456	-	47.193	51.649
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	-	-	1.431.928	-	1.431.928
Dividendos distribuídos	34.130	-	-	(47.193)	(13.063)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	417.965	-	417.965
Reserva de investimentos	906.002	-	-	-	906.002
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	3.063.372	3.063.372
Saldo em 31 de dezembro de 2013	940.132	4.456	1.849.893	3.063.372	5.857.853

(i) Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a política contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo disposto nos atos societários.

Com objetivo de maximizar o retorno ao acionistas os dividendos adicionais propostos poderão ser pagos na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

(c.1) Reserva de investimentos

A reserva de investimento refere-se à destinação de lucros, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

(c.4) Juros sobre capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% aos seus lucros apurados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustados na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev S.A.. O dividendo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2013:

Evento	Aprovação	Provento	Início Pcto.	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ mil)
AGO	01/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	11/03/2013	2012	ON	0,0524	13.063 ⁽ⁱ⁾
AGO	01/03/2013	Dividendos	11/03/2013	2012	ON	0,0443	11.037 ⁽ⁱ⁾
RCA	30/08/2013	Dividendos	27/09/2013	2013	ON	0,1300	2.035.987
							2.060.087

(i) Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos do lucro do exercício de 2012.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2012:

Evento	Aprovação	Provento	Início Pcto.	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ mil)
AGE	05/04/2012	Dividendos	11/04/2012	2009	ON	0,0522	13.000 ⁽ⁱ⁾
AGO	30/04/2012	Dividendos	14/09/2012	2011	ON	0,0428	10.662
AGE	11/09/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/09/2012	2011	ON	0,1529	38.089
							61.751

(i) Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos do lucro do exercício de 2011.

O JCP e dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data do início do pagamento, prescrevem e são revertidos a favor da Companhia. No exercício de 2013, a Companhia registrou R\$15.636 de JCP e dividendos prescritos (R\$10.632 em 31 de dezembro de 2012).

(c.5) Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos

As reservas de dividendos propostos e dividendos adicionais propostos têm como objetivo segregar os dividendos a serem distribuídos nos termos no exercício seguinte.

Os dividendos propostos e dividendos adicionais propostos foram destinados inicialmente em decorrência dos aspectos legais baseados na Lei das Sociedades por Ações.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuído à participação dos controladores								
	Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda	Reservas de conversão	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ganhos/ perdas atuariais	Opção de venda de participação em controlada	Ganhos/ (perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	Ajustes de avaliação patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - originalmente emitido	496.800	-	-	-	-	-	-	-	496.800
Ajuste mudança de prática contábil (Nota 1)	(496.800)	-	-	-	-	-	-	22.784.726	22.287.926
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - ajustado	-	-	-	-	-	-	-	22.784.726	22.784.726
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.313.741	6.313.741
Resultado Abrangente:									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	314.342	314.342
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.628.083	6.628.083
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente	-	-	-	-	-	-	-	(4.506.919)	(4.506.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	24.905.890	24.905.890
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.212.147	2.212.147
Resultado Abrangente:									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	(68.569)	-	-	-	-	-	294.096	225.527
Hedge de fluxo de caixa	-	-	62.466	-	-	-	-	-	62.466
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	202.050	-	-	-	-	202.050
Resultado abrangente do exercício	-	(68.569)	62.466	202.050	-	-	-	2.506.243	2.702.190
Aumento de capital (i)	-	(3.697)	69.830	(1.205.172)	(2.003.216)	(263.890)	156.091	(13.163.704)	(16.413.758)
Ajuste contábil transação com minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
Opção de venda de participação em controlada	-	-	-	-	(54.065)	-	-	-	(54.065)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	-	2.378.195	-	(2.406.437)	(28.242)
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente	-	-	-	-	-	-	-	(1.251.678)	(1.251.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(72.266)	132.296	(1.003.122)	(2.057.281)	2.114.305	156.091	(74.652.319)	(75.382.296)

(i) Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a política contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo disposto nos atos societários.

(ii) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adoção prática contábil do custo precedente, conforme Nota 1(c).

(d.1) Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda

A Ambev S.A. possuía, até a data da Contribuição de Ações, participação sem influência significativa na Companhia de Bebidas, a qual encontrava-se classificada como título patrimonial disponível para venda e, portanto valorizada a valor de mercado. Conforme descrito na Nota 1(c) – *Informações gerais* sobre a base de apresentação das informações contábeis da Ambev S.A. antes da Contribuição de Ações em 17 de junho de 2013, a valorização da participação na Companhia de Bebidas pelo valor de mercado foi revertido para refletir a base contábil do custo precedente.

(d.2) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

(d.3) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício – Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.4) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, conseqüentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece trimestralmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

(d.5) Opção de venda de participação em controlada

Como parte do acordo de acionistas entre a Companhia de Bebidas e a ELJ, uma opção de venda (“put”) e compra (“call”) foi emitida, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia de Bebidas das ações remanescentes da CND por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações no país, exercível anualmente até 2019. Em 31 de dezembro de 2013, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$2.520.747 e o passivo foi registrado com contrapartida no patrimônio líquido em conformidade com o IFRS 3 / CPC 15 - *Combinação de Negócios* e categorizado

como “Nível 3”. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia de Bebidas. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e são reavaliados anualmente no mesmo momento que a administração efetua o teste de *impairment*. A movimentação desta opção está demonstrada na Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.6) Ajustes contábeis de transações entre sócios

Nas transações com sócios de um mesmo negócio que, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, apresentarem fundamentação econômica válida e reflitirem condições usuais de mercado, as normas contábeis aplicáveis entendem tais transações como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil. Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10 / CPC 36 – *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 – *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, dispõe que estas Demonstrações Individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ele está vinculado ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que portanto deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação foi realizada entre partes com isenção de interesses e com efetivo desembolso na aquisição, faz-se necessário um ajuste contábil nas Demonstrações Individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às Demonstrações Consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas, procedemos referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2013	2012 ⁽ⁱ⁾
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱⁱ⁾	12.677.641	9.693.598
Efeito das opções de ações	145.816	145.860
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	12.823.457	9.839.458

(i) As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2012 foram refeitas para refletir o efeito dos aportes de capital, conforme descrito na Nota 1(c).

(ii) Não consideradas as ações em tesouraria.

Lucro por ação básico e diluído antes de itens não recorrentes

O lucro por ação antes de itens não recorrentes é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. antes de itens não recorrentes.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

	2013	2012
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	9.534.969	6.327.291
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	12.677.641	9.693.598
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,75	0,65
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	9.534.969	6.327.291
Média ponderada da quantidade de ações (diluídas)	12.823.457	9.839.458
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,74	0,64

(i) Valores expressos em reais.

O efeito de itens não recorrentes no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. foi de (R\$21.336) em 2013 (R\$24.998 em 2012). Assim, o lucro por ação básico antes dos itens não recorrentes é de R\$0,75 em 2013 (R\$0,66 em 2012) e o lucro por ação diluído antes dos itens não recorrentes é de R\$0,75 em 2013 (R\$0,65 em 2012).

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2013 foram aprovados em Reuniões do Conselho de Administração. Em adição, em 6 de janeiro de 2014 (Nota 35 – *Eventos*

subsequentes) foram propostos dividendos adicionais deduzidos do resultado do exercício de 2013.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	9.534.969	6.327.291
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente (Nota 1(c))	(2.212.147)	(6.313.741)
Lucro líquido do exercício ajustado	7.322.822	13.550
Ajuste mudança de prática contábil	-	32.921
Lucros acumulados	-	14.083
Dividendos prescritos	15.636	-
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	39.340	-
Lucro base para dividendos e destinações	7.377.798	60.554
Dividendos distribuídos e a distribuir		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	2.035.986	58.230
JCP aprovado pela diretoria para distribuição (Nota 35)	3.978.505	-
Total de dividendos e JCP	6.014.491	58.230
<i>Percentual do lucro distribuído</i>	<i>82%</i>	<i>96%</i>
Cálculo da provisão de dividendos a distribuir do exercício de 2013		
Lucro base para dividendos e destinações	7.377.798	
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	40%	
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	2.951.119	
Dividendos distribuídos	(2.035.986)	
Dividendos a distribuir provisionados	915.133	

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são apresentadas em milhares de reais (R\$), com exceção do volume que está em milhares de hectolitros.

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	América Latina - norte ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Volume	119.116	122.382	36.918	38.096	9.135	9.361	165.169	169.839
Receita Líquida	23.479.672	21.949.479	7.051.651	6.250.738	4.260.068	4.030.810	34.791.391	32.231.027
Custo dos produtos vendidos	(7.552.554)	(6.865.698)	(2.604.997)	(2.449.666)	(1.240.250)	(1.144.422)	(11.397.801)	(10.459.786)
Lucro bruto	15.927.118	15.083.781	4.446.654	3.801.072	3.019.818	2.886.388	23.393.590	21.771.241
Despesas comerciais	(5.378.540)	(4.899.165)	(1.413.656)	(1.232.186)	(1.233.583)	(1.219.569)	(8.025.779)	(7.350.920)
Despesas administrativas	(1.301.124)	(1.239.476)	(257.935)	(220.872)	(177.398)	(143.201)	(1.736.457)	(1.603.549)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.767.890	840.071	(12.275)	7.437	5.929	15.937	1.761.544	863.445
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	11.015.344	9.785.211	2.762.788	2.355.451	1.614.766	1.539.555	15.392.898	13.680.217
Itens não recorrentes	(12.728)	(50.378)	(9.905)	-	(6.574)	-	(29.207)	(50.378)
Lucro operacional (EBIT)	11.002.616	9.734.833	2.752.883	2.355.451	1.608.192	1.539.555	15.363.691	13.629.839
Resultado financeiro líquido	(904.948)	(721.551)	(668.736)	(110.321)	10.258	(57.805)	(1.563.426)	(889.677)
Participação no resultado das coligadas	9.848	-	-	-	1.571	481	11.419	481
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.107.516	9.013.282	2.084.147	2.245.130	1.620.021	1.482.231	13.811.684	12.740.643
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.074.461)	(1.179.327)	(985.814)	(662.557)	(397.339)	(478.181)	(2.457.614)	(2.320.065)
Lucro líquido do exercício	9.033.055	7.833.955	1.098.333	1.582.573	1.222.682	1.004.050	11.354.070	10.420.578
EBITDA ajustado	12.544.766	11.209.352	3.150.442	2.726.965	1.789.896	1.683.832	17.485.104	15.620.149
Itens não recorrentes	(12.728)	(50.378)	(9.905)	-	(6.574)	-	(29.207)	(50.378)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.529.422)	(1.424.133)	(387.654)	(371.514)	(175.130)	(144.277)	(2.092.206)	(1.939.924)
Resultado financeiro líquido	(904.948)	(721.551)	(668.736)	(110.321)	10.258	(57.805)	(1.563.426)	(889.677)
Participação no resultado das coligadas	9.848	-	-	-	1.571	481	11.419	481
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.074.461)	(1.179.327)	(985.814)	(662.557)	(397.339)	(478.181)	(2.457.614)	(2.320.065)
Lucro líquido do exercício	9.033.055	7.833.955	1.098.333	1.582.573	1.222.682	1.004.050	11.354.070	10.420.578
Margem EBITDA ajustado em %	53,4%	51,1%	44,7%	43,6%	42,0%	41,8%	50,3%	48,5%
Aquisição de imobilizado/intangível	3.043.861	2.354.393	645.004	589.917	206.732	154.276	3.895.597	3.098.586
Adição/Reversão provisões	406.604	260.149	2.864	5.230	4.842	22.312	414.310	287.691
Média de funcionários em tempo integral	37.721	35.653	10.482	10.924	4.761	4.723	52.964	51.299
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos do segmento	45.440.847	41.151.242	6.908.344	7.609.711	2.457.925	2.923.345	54.807.116	51.684.298
Eliminação entre segmentos							(927.371)	(1.884.566)
Ativos não segmentados							14.794.274	12.033.143
Total do ativo							68.674.019	61.832.875
Passivos do segmento	14.173.507	14.659.659	2.873.146	3.642.076	2.450.957	2.490.474	19.497.610	20.792.209
Eliminação entre segmentos							(927.371)	(1.884.566)
Passivos não segmentados							50.103.780	42.925.232
Total do passivo							68.674.019	61.832.875

(i) América Latina – norte: compreende as operações no Brasil, Ambev Luxemburgo e HILA-ex (Guatemala e República Dominicana).

(ii) América Latina – sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Equador e Peru.

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	América Latina - norte					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Volume	87.583	90.377	31.533	32.005	119.116	122.382
Receita Líquida	19.497.100	18.360.187	3.982.572	3.589.292	23.479.672	21.949.479
Custo dos produtos vendidos	(5.691.848)	(5.340.375)	(1.860.706)	(1.525.323)	(7.552.554)	(6.865.698)
Lucro bruto	13.805.252	13.019.812	2.121.866	2.063.969	15.927.118	15.083.781
Despesas comerciais	(4.609.379)	(4.211.332)	(769.161)	(687.833)	(5.378.540)	(4.899.165)
Despesas administrativas	(1.159.383)	(1.104.142)	(141.741)	(135.334)	(1.301.124)	(1.239.476)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.392.277	648.606	375.613	191.465	1.767.890	840.071
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	9.428.768	8.352.944	1.586.576	1.432.266	11.015.344	9.785.211
Itens não recorrentes	(11.007)	(42.164)	(1.721)	(8.214)	(12.728)	(50.378)
Lucro operacional (EBIT)	9.417.761	8.310.780	1.584.855	1.424.052	11.002.616	9.734.833
Resultado financeiro líquido	(904.948)	(721.551)	-	-	(904.948)	(721.551)
Participação no resultado das coligadas	9.848	-	-	-	9.848	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.522.661	7.589.229	1.584.855	1.424.052	10.107.516	9.013.282
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.074.461)	(1.179.327)	-	-	(1.074.461)	(1.179.327)
Lucro líquido do exercício	7.448.200	6.409.903	1.584.855	1.424.052	9.033.055	7.833.955
EBITDA ajustado	10.679.458	9.519.337	1.865.308	1.690.014	12.544.766	11.209.352
Itens não recorrentes	(11.007)	(42.164)	(1.721)	(8.214)	(12.728)	(50.378)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(1.250.690)	(1.166.393)	(278.732)	(257.748)	(1.529.422)	(1.424.141)
Resultado financeiro líquido	(904.948)	(721.551)	-	-	(904.948)	(721.551)
Participação no resultado das coligadas	9.848	-	-	-	9.848	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.074.461)	(1.179.327)	-	-	(1.074.461)	(1.179.327)
Lucro líquido do exercício	7.448.200	6.409.903	1.584.855	1.424.052	9.033.055	7.833.955
Margem EBITDA ajustado em %	54,8%	51,8%	46,8%	47,1%	53,4%	51,1%

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Volume	82.974	86.692	30.174	30.794	113.148	117.487
Receita Líquida	18.407.151	17.598.268	3.633.657	3.379.553	22.040.808	20.977.821
Custo dos produtos vendidos	(5.323.722)	(4.995.793)	(1.588.076)	(1.414.017)	(6.911.798)	(6.409.810)
Lucro bruto	13.083.429	12.602.475	2.045.581	1.965.536	15.129.010	14.568.011
Despesas comerciais	(4.334.360)	(3.999.886)	(684.157)	(615.830)	(5.018.517)	(4.615.716)
Despesas administrativas	(1.074.011)	(1.028.695)	(112.904)	(103.261)	(1.186.915)	(1.131.956)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.409.766	650.874	365.617	185.484	1.775.383	836.358
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	9.084.824	8.224.768	1.614.137	1.431.929	10.698.961	9.656.697
Itens não recorrentes	(6.268)	(19.079)	-	-	(6.268)	(19.079)
Lucro operacional (EBIT)	9.078.556	8.205.689	1.614.137	1.431.929	10.692.693	9.637.618
Resultado financeiro líquido	(893.372)	(676.510)	-	-	(893.372)	(676.510)
Participação no resultado das coligadas	9.848	-	-	-	9.848	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.195.032	7.529.179	1.614.137	1.431.929	9.809.169	8.961.108
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(994.344)	(1.144.699)	-	-	(994.344)	(1.144.699)
Lucro líquido do exercício	7.200.688	6.384.480	1.614.137	1.431.929	8.814.825	7.816.409
EBITDA ajustado	10.229.772	9.312.799	1.852.885	1.661.500	12.082.657	10.974.299
Itens não recorrentes	(6.268)	(19.079)	-	-	(6.268)	(19.079)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(1.144.948)	(1.088.031)	(238.748)	(229.571)	(1.383.696)	(1.317.602)
Resultado financeiro líquido	(893.372)	(676.510)	-	-	(893.372)	(676.510)
Participação no resultado das coligadas	9.848	-	-	-	9.848	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(994.344)	(1.144.699)	-	-	(994.344)	(1.144.699)
Lucro líquido do exercício	7.200.688	6.384.480	1.614.137	1.431.929	8.814.825	7.816.409
Margem EBITDA ajustado em %	55,6%	52,9%	51,0%	49,2%	54,8%	52,3%

	HILA-ex					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Volume	4.609	3.685	1.359	1.210	5.968	4.896
Receita Líquida	1.089.949	761.919	348.915	209.739	1.438.864	971.658
Custo dos produtos vendidos	(368.126)	(344.582)	(272.630)	(111.306)	(640.756)	(455.888)
Lucro bruto	721.823	417.337	76.285	98.433	798.108	515.770
Despesas comerciais	(275.019)	(211.446)	(85.004)	(72.003)	(360.023)	(283.449)
Despesas administrativas	(85.372)	(75.447)	(28.837)	(32.073)	(114.209)	(107.520)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.489)	(2.268)	9.996	5.981	(7.493)	3.713
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	343.944	128.177	(27.561)	337	316.383	128.514
Itens não recorrentes	(4.739)	(23.085)	(1.721)	(8.214)	(6.460)	(31.299)
Lucro operacional (EBIT)	339.205	105.092	(29.282)	(7.877)	309.923	97.215
Resultado financeiro líquido	(11.576)	(45.041)	-	-	(11.576)	(45.041)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	327.629	60.051	(29.282)	(7.877)	298.347	52.174
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(80.117)	(34.628)	-	-	(80.117)	(34.628)
Lucro líquido do exercício	247.512	25.423	(29.282)	(7.877)	218.230	17.546
EBITDA ajustado	449.683	206.539	12.423	28.514	462.106	235.053
Itens não recorrentes	(4.739)	(23.085)	(1.721)	(8.214)	(6.460)	(31.299)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(105.739)	(78.362)	(39.984)	(28.177)	(145.723)	(106.539)
Resultado financeiro líquido	(11.576)	(45.041)	-	-	(11.576)	(45.041)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(80.117)	(34.628)	-	-	(80.117)	(34.628)
Lucro líquido do exercício	247.512	25.423	(29.282)	(7.877)	218.230	17.546
Margem EBITDA ajustado em %	41,3%	27,1%	3,6%	13,6%	32,1%	24,2%

América Latina - sul						
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Volume	22.093	22.740	14.825	15.356	36.918	38.096
Receita Líquida	5.152.001	4.468.220	1.899.650	1.782.518	7.051.651	6.250.738
Custo dos produtos vendidos	(1.530.732)	(1.367.491)	(1.074.265)	(1.082.175)	(2.604.997)	(2.449.666)
Lucro bruto	3.621.269	3.100.729	825.385	700.343	4.446.654	3.801.072
Despesas comerciais	(940.270)	(804.617)	(473.386)	(427.569)	(1.413.656)	(1.232.186)
Despesas administrativas	(198.421)	(159.770)	(59.514)	(61.102)	(257.935)	(220.872)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.184)	9.620	(2.091)	(2.183)	(12.275)	7.437
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	2.472.394	2.145.962	290.394	209.489	2.762.788	2.355.451
Itens não recorrentes	(7.478)	-	(2.427)	-	(9.905)	-
Lucro operacional (EBIT)	2.464.916	2.145.962	287.967	209.489	2.752.883	2.355.451
Resultado financeiro líquido	(606.756)	(83.044)	(61.980)	(27.277)	(668.736)	(110.321)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.858.160	2.062.919	225.987	182.211	2.084.147	2.245.130
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(979.991)	(660.316)	(5.823)	(2.241)	(985.814)	(662.557)
Lucro líquido do exercício	878.169	1.402.603	220.164	179.970	1.098.333	1.582.573
EBITDA ajustado	2.777.318	2.431.492	373.124	295.473	3.150.442	2.726.965
Itens não recorrentes	(7.478)	-	(2.427)	-	(9.905)	-
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(304.924)	(285.530)	(82.730)	(85.984)	(387.654)	(371.514)
Resultado financeiro líquido	(606.756)	(83.044)	(61.980)	(27.277)	(668.736)	(110.321)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(979.991)	(660.316)	(5.823)	(2.241)	(985.814)	(662.557)
Lucro líquido do exercício	878.169	1.402.603	220.164	179.970	1.098.333	1.582.573
Margem EBITDA ajustado em %	53,9%	54,4%	19,6%	16,6%	44,7%	43,6%

	Canadá			
	2013		2012	
	Cerveja	Total	Cerveja	Total
Volume	9.135	9.135	9.361	9.361
Receita Líquida	4.260.068	4.260.068	4.030.810	4.030.810
Custo dos produtos vendidos	(1.240.250)	(1.240.250)	(1.144.422)	(1.144.422)
Lucro bruto	3.019.818	3.019.818	2.886.388	2.886.388
Despesas comerciais	(1.233.583)	(1.233.583)	(1.219.569)	(1.219.569)
Despesas administrativas	(177.398)	(177.398)	(143.201)	(143.201)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.929	5.929	15.938	15.938
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	1.614.766	1.614.766	1.539.555	1.539.555
Itens não recorrentes	(6.574)	(6.574)	-	-
Lucro operacional (EBIT)	1.608.192	1.608.192	1.539.555	1.539.555
Resultado financeiro líquido	10.258	10.258	(57.805)	(57.805)
Participação no resultado das coligadas	1.571	1.571	481	481
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.620.021	1.620.021	1.482.231	1.482.231
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(397.339)	(397.339)	(478.181)	(478.181)
Lucro líquido do exercício	1.222.682	1.222.682	1.004.050	1.004.050
EBITDA ajustado	1.789.896	1.789.896	1.683.832	1.683.832
Itens não recorrentes	(6.574)	(6.574)	-	-
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(175.130)	(175.130)	(144.277)	(144.277)
Resultado financeiro líquido	10.258	10.258	(57.805)	(57.805)
Participação no resultado das coligadas	1.571	1.571	481	481
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(397.339)	(397.339)	(478.181)	(478.181)
Lucro líquido do exercício	1.222.682	1.222.682	1.004.050	1.004.050
Margem EBITDA ajustado em %	42,0 %	42,0 %	41,8 %	41,8 %

20. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Receita bruta de vendas e ou serviços	69.354.803	63.185.960
Deduções da receita bruta	(34.563.412)	(30.954.933)
	34.791.391	32.231.027

As deduções da receita bruta contemplam os impostos e abatimentos. Serviços prestados por distribuidores, tais como divulgação de nossas marcas, serviços logísticos e localização estratégica em lojas não são considerados como redutores de receita quando separadamente identificáveis.

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	-	-	1.148.008	698.530
(Adições)/reversões de provisões	-	-	(69.923)	(30.489)
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	-	-	24.305	36.397
Receita de aluguéis	-	-	2.844	2.883
Outras receitas (despesas) operacionais	43.070	(546)	656.310	156.124
	43.070	(546)	1.761.544	863.445

O incremento no grupo de outras receitas operacionais deve-se a maiores investimentos de capital nos últimos anos, para aumento da capacidade fabril atual e construção de novas plantas, o que permite a Companhia receber mais incentivos fiscais. Adicionalmente, no último trimestre, a Companhia teve um ganho de R\$308.369 relacionado à recuperação de ativos restritos.

Anualmente a Companhia reavalia a taxa de desconto utilizada para mensuração do subsídio em empréstimos governamentais, em conformidade com seu custo de captação externo.

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2013 e 2012:

	Consolidado			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	1.424.912	1.324.045	657	433
Despesas comerciais	387.305	359.244	119.237	116.682
Despesas administrativas	118.978	105.265	35.892	36.266
	1.931.195	1.788.554	155.786	153.381

23. ITENS NÃO RECORRENTES

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e

do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos. A Companhia considera que esses itens são importantes pela sua natureza e, por consequência, a Administração excluiu esses itens da mensuração do desempenho por segmento conforme observado na Nota 19 - *Informações por segmento*.

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Reestruturação	(29.207)	(31.299)
Aquisição de subsidiárias	-	(15.829)
Outros	-	(3.250)
	(29.207)	(50.378)

As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina – Norte e América Latina – Sul. Em 2012 as despesas com aquisição de subsidiárias relacionam-se às despesas incorridas na aquisição da CND.

24. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com juros	(392)	-	(586.737)	(455.155)
Juros capitalizados	-	-	54.343	84.540
Juros líquidos sobre planos de pensão	-	-	(86.538)	(82.009)
Perdas com derivativos não considerados como <i>hedge accounting</i>	-	-	(514.347)	(560.088)
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i>	-	-	(16.393)	-
Juros sobre contingências	-	-	(213.766)	(118.592)
Juros e variação cambial sobre mútuo	-	-	-	(67.847)
Variação cambial	(54)	-	(754.264)	(127.681)
Impostos sobre transações financeiras	(110)	-	(86.384)	(109.458)
Despesas com fiança bancária	-	-	(82.895)	(73.586)
Outros custos financeiros, incluindo taxas bancárias	(932)	-	(208.937)	(46.564)
	(1.488)	-	(2.495.918)	(1.556.440)

O aumento em outros custos financeiros do Consolidado está relacionado, principalmente, a um *impairment* reconhecido no investimento na Venezuela em decorrência da desvalorização da moeda naquele país, no valor de R\$198.420.

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev S.A. – consultar também a Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivos financeiros ao custo amortizado	(392)	-	(271.248)	(177.626)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	(291.508)	(146.835)
<i>Hedge</i> de valor justo - itens protegidos	-	-	6.461	(161.794)
<i>Hedge</i> de valor justo - instrumentos de <i>hedge</i>	-	-	(30.442)	34.105
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - dos itens protegidos	-	-	-	(5.864)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - (instrumentos de <i>hedge</i> - reclassificado do patrimônio líquido)	-	-	-	2.859
	(392)	-	(586.737)	(455.155)

(b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de juros	5.368	5.146	342.574	250.508
Ganhos com derivativos não considerados como <i>hedge accounting</i>	-	-	329.781	313.793
Ganhos com inefetividade do <i>hedge</i>	-	-	-	6.627
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	238.478	77.450
Juros e variação cambial sobre mútuo	-	-	-	192
Outros resultados financeiros	-	-	21.659	18.193
	5.368	5.146	932.492	666.763

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

Receitas de Juros	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes a caixa	5.368	5.146	215.780	194.107
Aplicação financeira em título para negociação	-	-	126.794	56.401
	5.368	5.146	342.574	250.508

(c) Resultado de *hedge*

O resultado líquido do *hedge* de fluxo de caixa e do *hedge* de investimento líquido que foi reconhecido diretamente no resultado abrangente está demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - ganhos e (perdas)				
Reconhecimento no patrimônio líquido durante o exercício de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	280.946	-	280.946	-
Excluído do patrimônio líquido e incluído no resultado do exercício	(220.611)	-	(220.611)	-
Variação do imposto de renda diferido no patrimônio líquido	2.131	-	3.993	-
	62.466	-	64.328	-

Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior

Valor justo dos <i>hedges</i> de investimento líquido	(429.851)	-	(429.851)	-
---	-----------	---	-----------	---

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.840)	125	(1.912.212)	(2.075.220)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	826.110	-	(496.434)	(256.195)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	1.336	9.665	(48.968)	11.350
Total do imposto de renda diferido	827.446	9.665	(545.402)	(244.845)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	813.606	9.790	(2.457.614)	(2.320.065)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.721.363	6.317.501	13.811.684	12.740.643
Ajuste na base tributável				
Receitas não tributáveis	-	-	(631.637)	(504.866)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	-	-	(794.090)	(531.715)
Participação nos resultados de controladas	(8.677.569)	(6.313.741)	(11.419)	(481)
Despesas não dedutíveis	-	-	375.522	663.301
	43.794	3.760	12.750.060	12.366.882
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%	33,03%	32,10%
Impostos – alíquota nominal	(14.890)	(1.278)	(4.211.944)	(3.970.000)
Incentivos regionais de imposto de renda	-	-	45.645	165.222
Juros sobre capital próprio dedutíveis	828.496	13.201	860.593	542.010
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	-	-	283.783	149.707
Imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas	-	-	(424.865)	(94.606)
Regimes específicos de tributação	-	(2.133)	989.174	887.602
Imposto de renda e contribuição social	813.606	9.790	(2.457.614)	(2.320.065)
Alíquota efetiva de impostos	-9,33%	-0,15%	17,79%	18,21%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram: (a) benefício fiscal referente à amortização do ágio na aquisição da empresa CND; (b) aumento do impacto de juros sobre capital próprio; (c) aumento do resultado em companhias que possuem alíquota média de imposto inferior a 34%, os quais foram parcialmente compensados pela redução nos incentivos regionais de imposto de renda.

A Companhia possui incentivos fiscais de imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para incentivar o desenvolvimento econômico e social em algumas áreas das regiões Norte e Nordeste do país. Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e destinados no final do ano para a conta de reservas de incentivos fiscais.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

26. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos	980	-	2.510.798	2.159.313
Contribuições previdenciárias	527	-	562.974	479.724
Outros custos com pessoal	158	-	443.421	459.654
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	-	-	125.431	142.752
Remuneração baseada em ações	-	-	187.597	144.644
Contribuição para planos de contribuição definida	-	-	8.747	9.377
	1.665	-	3.838.968	3.395.464
Quantidade média de funcionários em tempo integral	40	-	52.964	51.299

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de ações e opções que permitem que os executivos que trabalham no grupo econômico recebam ou adquiram ações da Companhia. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial de *Hull*, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2 / CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de remuneração baseada em ações contempla dois tipos de outorga: (i) no primeiro tipo de outorga, o beneficiário pode escolher destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, sendo que a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício (“Outorga 1”); (ii) no segundo tipo de outorga, o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de cinco anos (“Outorga 2”).

Além disto, para incentivar a mobilidade dos administradores, algumas opções concedidas em anos anteriores a 2010 foram modificadas, onde as características de proteção de dividendos dessas opções foram canceladas e compensadas pela emissão de 222 mil opções em 2013 (345 mil opções em 2012), representando o valor econômico da proteção de dividendos eliminada. Como não houve alteração entre o valor justo do prêmio original imediatamente antes da modificação e do valor justo do prêmio modificado imediatamente após a alteração, nenhuma despesa adicional foi registrada como resultado dessa modificação.

Conforme mencionado na Nota 1(b), a Assembleia Geral Extraordinária que ocorreu em 30 de julho de 2013 deliberou uma incorporação de ações pela qual cada ação ordinária e preferencial da Companhia de Bebidas não detida pela Ambev S.A. foi trocada por cinco novas ações ordinárias da Ambev S.A. Os detentores de ADRs representativos de ações, ordinárias ou preferenciais, da Companhia de Bebidas, receberam cinco ADRs da Ambev S.A. para cada ADR da Companhia de Bebidas de sua titularidade. Tal relação de troca de ações foi considerada inclusive para fins comparativos dos cálculos demonstrados abaixo.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev para as outorgas de 2013 e 2012 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$, exceto quando mencionado</i>	2013 ⁽ⁱ⁾	2012 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	6,11	5,58
Preço da ação	17,09	17,05
Preço de exercício	17,09	17,05
Estimativa de volatilidade	32,8%	33,0%
Carência (em anos)	5	4
Estimativa de dividendos	de 0% a 5%	de 0% a 5%
Taxa de juros livre de risco	1,9% à 12,6% ⁽ⁱⁱ⁾	2,1% à 11,2% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADRs é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2013	2012
Opções em aberto em 1º de janeiro	143.915	147.810
Opções outorgadas durante o exercício	13.056	15.515
Opções exercidas durante o exercício	(7.219)	(12.500)
Opções canceladas durante o exercício	(2.034)	(6.910)
Opções em aberto no final do exercício	147.718	143.915

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$1,83 (R\$2,30 em 31 de dezembro de 2012) até R\$17,84 (R\$17,84 em 31 de dezembro de 2012) e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 8,01 anos (8,15 anos em 31 de dezembro de 2012).

Das 147.718 mil opções em aberto (143.915 mil em 31 de dezembro de 2012), 34.570 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2013 (25.210 mil em 31 de dezembro de 2012).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2013	2012
Opções em aberto em 1º. de janeiro	7,23	5,97
Opções outorgadas durante o exercício	17,03	17,15
Opções canceladas durante o exercício	8,11	2,79
Opções exercidas durante o exercício	2,70	2,82
Opções em aberto no final do exercício	6,30	7,23
Opções exercíveis no final do exercício	3,32	3,79

Para as opções exercidas durante o exercício de 2013, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$15,64.

Para liquidar opções de ações, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos Programas.

Durante o exercício, a Ambev emitiu 4.270 mil (4.837 mil em 2012) unidades de ações diferidas relacionadas à realização imediata das opções no modelo de Outorga 1. Estas unidades de ações diferidas são avaliadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$76.487 em 2013 (R\$47.549 em 2012), e terá um período de carência de cinco anos.

O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2013	2012
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	11.530	6.960
Novas ações diferidas durante o exercício	4.270	4.835
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(212)	(265)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	15.588	11.530

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora ABI cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$187.597 e R\$144.644 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, registrados na rubrica de despesa administrativa.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

28.1) Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev S.A. executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos derivativos. Riscos existentes, mas ainda não reconhecidos (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos abaixo:

(a) Risco de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

Risco de moeda estrangeira em atividades operacionais

Quanto ao risco de moeda estrangeira em compromissos firmes e operações previstas, a política da Companhia é a contratação de *hedge* de fluxo de caixa para operações cuja expectativa de realização é provável.

A tabela abaixo demonstra as principais posições líquidas de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013, sendo que a exposição apresentada pode variar de dez a quatorze meses, de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia. Valores positivos indicam que a Companhia está com a posição *long*

(entradas líquidas de caixa futuros), enquanto valores negativos indicam que a Companhia está na posição *short* (saídas líquidas de caixa futuros).

	Consolidado					
	2013			2012		
	Total de Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta	Total de Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta
Dólar Americano	(5.605.798)	5.605.798	-	(4.746.260)	4.746.260	-
Euro	(394.055)	394.055	-	(194.939)	194.939	-
Libra Esterlina	-	-	-	(22.104)	22.104	-
Total	(5.999.853)	5.999.853	-	(4.963.303)	4.963.303	-

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira em atividades operacionais

Conforme demonstrado no quadro acima, as atividades operacionais da Companhia em moeda estrangeira estão protegidas por instrumentos derivativos de *hedge*, e portanto, a Companhia considera que está protegida em relação ao risco de variações. Por esta razão, qualquer variação nas cotações das moedas estrangeiras às quais as operações da Companhia estão atreladas, não impactaria o resultado do exercício.

O impacto estimado no patrimônio líquido proveniente do cálculo de Cenário Provável (VaR paramétrico) seria de 424.143; Cenário Adverso (25%) seria de 1.117.834; e Cenário Remoto (50%) de 2.374.752 nas cotações das moedas estrangeiras em 2013.

a.2) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio ideal entre custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros, levando em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios.

Risco de taxa de juros sobre empréstimos em Real

Em julho de 2007 a Ambev International Finance Co. (controlada integral da Ambev S.A.) emitiu um *Bond* em Real (*Bond* 2017), no valor de R\$300.000, remunerado a 9,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em julho de 2017.

A Companhia contratou operações de *swap* para cobertura do risco de variação de taxa de juros do *Bond* 2017, e designou estas operações como *hedge* de valor justo.

Risco de taxa de juros sobre títulos em Real

Durante o exercício de 2013, a Ambev S.A. investiu em títulos do governo (renda fixa). Esses instrumentos estão incluídos na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação. A

Companhia também adquiriu contratos futuros de taxa de juros, a fim de compensar a exposição à taxa de juros real de títulos do governo. Ambos os instrumentos são mensurados pelo valor justo com as respectivas variações registradas no resultado do exercício.

A tabela a seguir demonstra a exposição da Companhia em relação às dívidas, antes e após a estruturação do *hedge*, segregada por moeda pela qual a dívida é designada, assim como as taxas de juros das respectivas operações.

	Controladora			
	2013			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Real Brasileiro	3,5%	86.415	3,5%	86.415
Taxa de juros pré-fixado		86.415		86.415

	Consolidado			
	2013			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Real Brasileiro	7,2%	1.254.047	8,2%	2.019.902
Dólar Americano	1,7%	721.042	1,6%	378.443
Peso Dominicano	8,1%	28.952	8,1%	28.952
Taxa de juros pós-fixado		2.004.041		2.427.297

Real Brasileiro	6,6%	682.658	3,5%	403.627
Peso Dominicano	13,0%	47.116	13,0%	47.116
Dólar Americano	5,7%	160.240	5,5%	16.015
Taxa de juros pré-fixado		890.014		466.758

	Consolidado			
	2012			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Real Brasileiro	6,8%	1.527.230	6,9%	2.211.289
Dólar Americano	2,5%	650.056	3,4%	279.989
Peso Dominicano	10,6%	189.004	10,6%	189.004
Taxa de juros pós-fixado		2.366.290		2.680.282

Real Brasileiro	6,6%	695.151	5,3%	381.156
Peso Argentino	17,0%	206	17,0%	206
Peso Dominicano	12,0%	33.110	12,0%	33.110
Dólar Americano	5,7%	49.095	5,7%	49.095
Taxa de juros pré-fixado		777.562		463.567

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para a realização da análise de sensibilidade, a Companhia considerou que o maior impacto possível na receita/despesa com juros, no caso de estar em posição vendida

em taxa em um contrato futuro de taxa de juros, é a alta da taxa referencial. A Ambev S.A. estimou a possível perda considerando um cenário de variação nas taxas de juros.

- Cenário Provável: oscilação nas taxas de juros com todas as demais variáveis constantes baseada na volatilidade anual utilizando-se um horizonte dos últimos 250 dias de observações em 31 de dezembro de 2013;
- Cenário Adverso: oscilação de 25% nas taxas de juros com todas as demais variáveis constantes;
- Cenário Remoto: oscilação de 50% nas taxas de juros com todas as demais variáveis constantes.

	Controladora			Consolidado		
	2013			2013		
	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Impacto na despesa com juros	406	756	1.512	26.392	43.276	86.551
Impacto na receita de juros	1.795	3.347	6.693	123.045	316.546	633.092

a.3) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

A tabela abaixo demonstra as principais posições líquidas de *commodities* em 31 de dezembro de 2013.

	2013			2012		
	Total Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta	Total Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta
Alumínio	(875.521)	875.521	-	(667.598)	667.598	-
Açúcar	(342.936)	342.936	-	(334.755)	334.755	-
Trigo	(445.438)	445.438	-	(249.943)	249.943	-
Óleo de calefação	(28.204)	28.204	-	(29.682)	29.682	-
Óleo cru	(24.168)	24.168	-	(20.377)	20.377	-
Gás Natural	(5.581)	5.581	-	(6.805)	6.805	-
Milho	(233.390)	233.390	-	(319.901)	319.901	-
Total	(1.955.238)	1.955.238	-	(1.629.061)	1.629.061	-

Análise de sensibilidade de commodities

O quadro abaixo demonstra o impacto estimado no patrimônio líquido proveniente do cálculo de VaR paramétrico (Cenário Provável), 25% (Cenário Adverso) e 50% (Cenário Remoto) nos preços das *commodities*. Como são operações de *hedge* de fluxo de caixa, todo o possível impacto no patrimônio líquido será inversamente proporcional ao impacto futuro no custo de aquisição das *commodities*.

	Consolidado					
	2013			2012		
	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Alumínio	(90.261)	(218.880)	(437.760)	(77.467)	(165.146)	(330.291)
Açúcar	(35.768)	(85.734)	(171.468)	(50.281)	(83.689)	(167.378)
Trigo	(50.303)	(111.359)	(222.719)	(44.404)	(62.486)	(124.971)
Óleo de Calefação	(2.806)	(7.051)	(14.102)	(3.361)	(7.249)	(14.499)
Óleo Crú	(2.584)	(6.042)	(12.084)	(2.988)	(5.094)	(10.189)
Gás Natural	(1.119)	(1.395)	(2.791)	(1.364)	(1.584)	(3.167)
Milho	(51.269)	(58.347)	(116.695)	(50.536)	(79.975)	(159.951)
Impacto no patrimônio líquido	(234.110)	(488.808)	(977.619)	(230.401)	(405.223)	(810.446)

(b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificado.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contrapartes da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto as suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação

superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Deutsche Bank, Itaú-Unibanco, Citibank, Toronto Dominion Bank, ING, JP Morgan Chase, Patagonia, Santander, Barclays e HSBC. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Barclays, Citibank, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Deutsche Bank, Itaú-Unibanco, JP Morgan Chase, Santander, ScotiaBank, Société Generale, Banco Bisa, Banco de Crédito do Peru, BNB, BNP Paribas, Macquarie e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2013. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2013

(c) Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro.

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos, inclusive pagamento de juros, e de passivos financeiros derivativos, são os seguintes:

	Controladora					
	2013					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantias	86.415	86.415	-	-	23.203	63.212
Fornecedores e outras contas a pagar	957.641	957.641	957.641	-	-	-
Total	1.044.056	1.044.056	957.641	-	23.203	63.212

Consolidado						
2013						
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantias	652.934	693.067	223.289	200.321	187.575	81.882
Empréstimos bancários sem garantias	1.693.081	1.820.563	883.402	483.571	453.590	-
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	336.641	473.416	29.223	29.223	414.970	-
Outros empréstimos sem garantias	190.235	362.009	46.469	63.658	81.824	170.058
Passivos de arrendamentos financeiros	21.164	26.684	2.985	2.939	7.746	13.014
Fornecedores e outras contas a pagar	14.487.707	14.856.333	12.995.360	82.042	218.083	1.560.848
Total	17.381.762	18.232.072	14.180.728	861.754	1.363.788	1.825.802
Passivos financeiros derivativos						
Derivativos de taxa de juros	(17.297)	(17.297)	-	-	(17.297)	-
Derivativos cambiais	(112.734)	(112.734)	(112.565)	(133)	(36)	-
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(26.078)	(26.078)	-	(25.927)	(151)	-
Derivativos de <i>commodity</i>	(210.644)	(210.644)	(205.557)	(5.087)	-	-
Total	(366.753)	(366.753)	(318.122)	(31.147)	(17.484)	-

Controladora						
2012						
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	30.259	30.259	30.259	-	-	-

Consolidado						
2012						
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantias	309.003	329.232	72.540	102.775	106.762	47.155
Empréstimos bancários sem garantias	2.216.150	2.534.104	890.333	712.967	913.482	17.322
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	429.745	689.689	129.907	81.566	478.216	-
Outros empréstimos sem garantias	168.693	272.747	17.472	34.919	64.198	156.158
Passivos de arrendamentos financeiros	20.138	24.179	2.686	3.663	12.387	5.443
Conta bancária garantida	123	123	123	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	13.565.648	13.760.909	10.538.220	89.740	223.646	2.909.303
Total	16.709.500	17.610.983	11.651.281	1.025.630	1.798.691	3.135.381
Passivos financeiros derivativos						
Derivativos de taxa de juros	20.689	20.689	-	-	20.689	-
Derivativos cambiais	(413.759)	(413.759)	(413.679)	-	(80)	-
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(206.909)	(206.909)	(213.865)	-	6.956	-
Derivativos de <i>commodity</i>	(84.731)	(84.731)	(83.951)	(780)	-	-
Total	(684.710)	(684.710)	(711.495)	(780)	27.565	-

d) Gerenciamento de Capital

A Ambev S.A. está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas, mantendo a desejada flexibilidade

financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev S.A. não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev S.A. utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

28.2) Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora			
	2013			
	Empréstimos e recebíveis	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Disponível para venda	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes a caixa	137.021	-	-	137.021
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	9.570	-	-	9.570
Total	146.591	-	-	146.591
Passivos financeiros				
Contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher	-	957.201	-	957.201
Empréstimos e financiamentos	-	86.415	-	86.415
Total	-	1.043.616	-	1.043.616

	Controladora			
	2012			
	Empréstimos e recebíveis	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Disponível para venda	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes a caixa	48.155	-	-	48.155
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	21.490	-	-	21.490
Total	69.645	-	-	69.645
Passivos financeiros				
Contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher	-	29.873	-	29.873
Total	-	29.873	-	29.873

	Consolidado						
	2013						
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o Vencimento	Disponível para venda	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa	11.285.833	-	-	-	-	-	11.285.833
Aplicações financeiras	-	63.796	-	288.604	-	-	352.400
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	4.961.920	-	-	-	-	-	4.961.920
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	249.993	361.311	-	611.304
Total	16.247.753	63.796	-	538.597	361.311	-	17.211.457
Passivos financeiros							
Contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher	-	-	-	2.520.747	-	10.623.075	13.143.822
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	653.632	324.427	-	978.059
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	2.894.055	2.894.055
Total	-	-	-	3.174.379	324.427	13.517.130	17.015.936

	Consolidado						
	2012						
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o Vencimento	Disponível para venda	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa	8.974.320	-	-	-	-	-	8.974.320
Aplicações financeiras	-	61.436	373.367	291.183	-	-	725.986
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	3.621.196	-	-	-	-	-	3.621.196
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	200.106	171.015	-	371.121
Total	12.595.516	61.436	373.367	491.289	171.015	-	13.692.623
Passivos financeiros							
Contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher	-	-	-	2.125.754	-	11.164.435	13.290.189
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	686.738	369.093	-	1.055.831
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	3.143.729	3.143.729
Total	-	-	-	2.812.492	369.093	14.308.164	17.489.749

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O IFRS 13 / CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	Consolidado			
	2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Ativos Financeiros</u>				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	288.604	-	-	288.604
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	62.269	187.722	-	249.991
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	154.318	131.132	-	285.450
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	698	75.165	-	75.863
	505.889	394.019	-	899.908
<u>Passivos Financeiros</u>				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	2.520.747	2.520.747
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	38.424	615.208	-	653.632
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	160.878	80.548	-	241.426
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	17.446	-	17.446
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	31.010	34.545	-	65.555
	230.312	747.747	2.520.747	3.498.806

	Consolidado			
	2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Ativos Financeiros</u>				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	291.183	-	-	291.183
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	33.925	166.181	-	200.106
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	32.815	67.225	-	100.040
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	20.827	-	20.827
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	31.562	18.586	-	50.148
	389.485	272.819	-	662.304
<u>Passivos Financeiros</u>				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	2.125.754	2.125.754
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	40.006	646.732	-	686.738
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	87.746	156.728	-	244.474
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	23.509	101.110	-	124.619
	151.261	904.570	2.125.754	3.181.585

(i) Como parte do acordo de acionistas entre a Companhia de Bebidas e a ELJ, uma opção de venda (“*put*”) e compra (“*call*”) foi emitida, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia de Bebidas das ações remanescentes da CND por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações no país, exercível anualmente até 2019. Em 31 de dezembro de 2013 a opção de

venda detida pela ELJ está valorizada em R\$2.520.747 e o passivo foi registrado com contrapartida no patrimônio líquido em conformidade com o IFRS 3/CPC 15 – *Combinação de Negócios* e categorizado como “Nível 3”. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia de Bebidas. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e são reavaliados anualmente no mesmo momento que a administração efetua o teste de *impairment*. A movimentação do Nível 3 em 2013 está demonstrada abaixo.

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Consolidado
Saldo do Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2012	2.125.754
Perdas reconhecidas no resultado do exercício	139.517
Perdas reconhecidas no patrimônio líquido	255.476
Saldo do Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2013	2.520.747

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de seus passivos financeiros ao custo amortizado a valor de mercado, teria apurado uma perda adicional, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, de aproximadamente

R\$(11.593) em 31 de dezembro de 2013 (R\$(28.622) em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora					
	2013			2012		
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado	Diferença
FINEP - Moeda Nacional	86.415	86.415	-	-	-	-
Contas a pagar e demais contas a pagar	956.398	956.398	-	-	-	-
	1.042.813	1.042.813	-	-	-	-

	Consolidado					
	2013			2012		
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado	Diferença
Financiamentos internacionais (outras moedas)	593.772	593.772	-	531.143	531.143	-
FINEP - Moeda Nacional	86.415	86.415	-	-	-	-
BNDES - Moeda Nacional	1.381.021	1.381.021	-	1.730.837	1.730.837	-
BNDES - Moeda Internacional	342.416	342.416	-	378.925	378.925	-
<i>Bond 2017</i>	279.032	290.625	(11.593)	313.993	342.615	(28.622)
Incentivo Fiscal	190.235	190.235	-	168.693	168.693	-
Financial Leasing - Moeda Internacional	21.164	21.164	-	20.138	20.138	-
Contas a pagar e demais contas a pagar	10.622.272	10.622.272	-	11.164.435	11.164.435	-
	13.516.327	13.527.920	(11.593)	14.308.164	14.336.786	(28.622)

A apuração do valor de mercado dos títulos de dívida foi baseada em cotações de corretores de investimento, em cotações dos bancos que prestam serviços à Ambev S.A. e no valor de mercado secundário dos títulos na data-base de 31 de dezembro de 2013, sendo de aproximadamente 96,88% para o *Bond 2017* (114,21% em 31 de dezembro de 2012).

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Para atingir seus objetivos, a Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos de câmbio, juros e *commodities*. Os instrumentos derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado. Isso ocorre no período de até quatorze meses da data do balanço em consonância com a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo, são reconhecidos em cada exercício de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de tradução de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividades, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

iv) Derivativos ao valor justo por meio de resultado - operações contratadas com o objetivo de proteger a Companhia de oscilações no resultado do exercício, porém não atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* definidos no IAS 39 / CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Referem-se a derivativos contratados com o objetivo de minimizar a volatilidade de imposto de renda e contribuição social provenientes da variação cambial dos contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e suas subsidiárias no exterior. Estes derivativos são valorizados ao valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os montantes contratados destes instrumentos derivativos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no exercício estão demonstrados na tabela abaixo:

		Consolidado			
		2013			
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Nocial ⁽ⁱ⁾	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) ⁽ⁱⁱⁱ⁾
			Ativo	Passivo	
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	3.406.402	26.918	(694)	257.712
Moeda estrangeira	Opções de compra	972.179	119.131	-	96.958
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.081.099	96.164	(3.747)	288.205
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	540.173	19.048	1.395	25.337
<i>Commodity</i>	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	1.051.513	14.033	(161.061)	(259.273)
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	903.724	15.186	(79.823)	(127.993)
Hedge de fluxo de caixa		7.955.090	290.480	(243.930)	280.946
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	2.958.378	33.909	(13.781)	180.610
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	251.986	643	(25.926)	(9.304)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(1.276.967)	587	(45.950)	(26.266)
Taxas de Juros	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(350.000)	477	(646)	(122)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	300.000	-	(17.449)	(30.442)
Hedge de valor justo		1.883.397	35.616	(103.752)	114.476
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(4.141.365)	698	(31.010)	(386.658)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	931.394	75.165	(34.545)	(43.193)
Hedge de investimento líquido		(3.209.971)	75.863	(65.555)	(429.851)
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(52.591)	22.853	(23.543)	(26.599)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(4.206.697)	186.492	(541.279)	(181.111)
Derivativos ao valor justo		(4.259.288)	209.345	(564.822)	(207.710)
Total Derivativos		2.369.228	611.304	(978.059)	(242.139)

Consolidado

		2012			
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Nocial ⁽ⁱ⁾	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) ⁽ⁱⁱⁱ⁾
			Ativo	Passivo	
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	3.274.096	4.363	(16.440)	462.795
Moeda estrangeira	Opções de compra	-	-	-	43.859
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.225.908	10.547	(51.434)	13.235
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	463.299	-	(4.105)	21.466
<i>Commodity</i>	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	933.770	76.928	(107.886)	1.530
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	695.291	41.049	(92.211)	(54.126)
Hedge de fluxo de caixa		6.592.363	132.887	(272.076)	488.760
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(664.240)	13.989	(14.670)	64.126
Moeda estrangeira	Opções de compra	-	-	-	(38.358)
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	239.101	21.699	(180.696)	(15.734)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.351.282	19.803	(10.533)	(39.636)
Taxas de Juros	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(400.000)	219	(356)	(31.688)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	300.000	20.827	-	34.105
Hedge de valor justo		826.143	76.537	(206.255)	(27.185)
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(2.462.826)	31.562	(23.509)	(172.803)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	-	18.586	(101.110)	(101.732)
Hedge de investimento líquido		(2.462.826)	50.148	(124.619)	(274.535)
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱⁱ⁾	(3.985)	6.037	(6.003)	3.084
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(2.182.458)	105.512	(446.878)	69.490
Derivativos ao valor justo		(2.186.443)	111.549	(452.881)	72.574
Total Derivativos		2.769.237	371.121	(1.055.831)	259.614

(i) As posições positivas referem-se a posições compradas e as posições negativas referem-se a posições vendidas.

(ii) Os contratos futuros são negociados em bolsas organizadas de futuros, enquanto que os demais instrumentos financeiros derivativos são negociados diretamente com instituições financeiras.

(iii) O resultado de R\$280.946 referente ao *hedge* de fluxo de caixa foi reconhecido no patrimônio líquido (reserva de *hedge*), assim como o resultado das operações de *hedge* de investimento líquido R\$(429.851) que por sua vez foi alocado como ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior, conforme demonstração do lucro abrangente.

O resultado das operações de *hedge* de valor justo de R\$114.476, assim como o resultado dos derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, de R\$(207.710) foram registrados em sua totalidade na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocial e Valor Justo por instrumento:

Consolidado						
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Nocial				
		2014	2015	2016	2017	Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱ⁾	3.406.402	-	-	-	3.406.402
Moeda estrangeira	Opções de compra	972.179	-	-	-	972.179
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.081.099	-	-	-	1.081.099
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	540.173	-	-	-	540.173
<i>Commodity</i>	Contratos futuros ⁽ⁱ⁾	931.175	120.338	-	-	1.051.513
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	736.986	166.738	-	-	903.724
		7.668.014	287.076	-	-	7.955.090
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱ⁾	2.958.378	-	-	-	2.958.378
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	-	251.986	-	-	251.986
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(1.276.967)	-	-	-	(1.276.967)
Taxas de Juros	Contratos futuros ⁽ⁱ⁾	-	(320.000)	(30.000)	-	(350.000)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	-	-	-	300.000	300.000
		1.681.411	(68.014)	(30.000)	300.000	1.883.397
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱ⁾	(4.141.365)	-	-	-	(4.141.365)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	931.394	-	-	-	931.394
		(3.209.971)	-	-	-	(3.209.971)
Moeda estrangeira	Contratos futuros ⁽ⁱ⁾	(52.591)	-	-	-	(52.591)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(4.206.697)	-	-	-	(4.206.697)
		(4.259.288)	-	-	-	(4.259.288)
		1.880.166	219.062	(30.000)	300.000	2.369.228

(i) As posições positivas referem-se a posições compradas e as posições negativas referem-se a posições vendidas.

Consolidado						
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Justo				
		2014	2015	2016	2017	Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros	26.224	-	-	-	26.224
Moeda estrangeira	Opções de compra	119.131	-	-	-	119.131
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	92.417	-	-	-	92.417
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	20.443	-	-	-	20.443
<i>Commodity</i>	Contratos futuros	(143.078)	(3.950)	-	-	(147.028)
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	(63.617)	(1.020)	-	-	(64.637)
Hedge de fluxo de caixa		51.520	(4.970)	-	-	46.550
Moeda estrangeira	Contratos futuros	20.128	-	-	-	20.128
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	643	(25.926)	-	-	(25.283)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(45.363)	-	-	-	(45.363)
Taxas de Juros	Contratos futuros	-	(133)	(36)	-	(169)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	-	-	-	(17.449)	(17.449)
Hedge de valor justo		(24.592)	(26.059)	(36)	(17.449)	(68.136)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(30.312)	-	-	-	(30.312)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	40.620	-	-	-	40.620
Hedge de investimento líquido		10.308	-	-	-	10.308
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(690)	-	-	-	(690)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(354.787)	-	-	-	(354.787)
Derivativos ao valor justo		(355.477)	-	-	-	(355.477)
Total Derivativos		(318.241)	(31.029)	(36)	(17.449)	(366.755)

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em quatro cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Base: manutenção dos níveis de preço de câmbio, juros e *commodities* nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2013.

2 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk – VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias, os quais estão apresentados em módulo.

3 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

4 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

Risco	Instrumento Financeiro	Consolidado			
		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Desvalorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	26.224	(258.980)	(825.377)	(1.676.977)
Desvalorização de moeda estrangeira	Opções de compra	119.131	(119.132)	-	-
Desvalorização de moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	92.417	(27.681)	(177.858)	(448.132)
Desvalorização de moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	20.443	(18.350)	(114.600)	(249.643)
Desvalorização das <i>commodities</i>	Contratos futuros	(147.028)	(141.043)	(409.907)	(672.785)
Desvalorização das <i>commodities</i>	<i>Swaps</i>	(64.637)	(93.067)	(290.568)	(516.499)
Hedge de fluxo de caixa		46.550	(658.253)	(1.818.310)	(3.564.036)
Desvalorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	20.128	(224.805)	(719.467)	(1.459.062)
Desvalorização de moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	(25.283)	(19.144)	(88.280)	(151.277)
Desvalorização de moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(45.363)	(97.081)	(364.605)	(683.847)
Aumento da taxa de juros	Contratos futuros	(169)	-	(237)	(300)
Aumento da taxa de juros	<i>Swaps</i>	(17.449)	(22.792)	(218.689)	(204.210)

Hedge de valor justo		(68.136)	(363.822)	(1.391.278)	(2.498.696)
Valorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	(30.312)	(314.633)	(1.065.654)	(2.100.995)
Valorização de moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	40.620	(31.585)	(192.225)	(425.074)
Hedge de investimento líquido		10.308	(346.218)	(1.257.879)	(2.526.069)
Valorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	(690)	(3.996)	(13.837)	(26.985)
Valorização de moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(354.787)	(342.785)	(1.406.462)	(2.458.136)
Derivativos ao valor justo		(355.477)	(346.781)	(1.420.299)	(2.485.121)

Transação	Risco	Consolidado			
		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	192.879	(408.038)	(1.315.496)	(2.704.739)
Compras de insumos		(192.879)	408.038	1.315.496	2.704.739
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço das <i>commodities</i>	(147.028)	(234.110)	(409.907)	(672.785)
Compras de insumos		147.028	234.110	409.907	672.785
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	699	(16.105)	(92.907)	(186.512)
Compra de <i>capex</i>		(699)	16.105	92.907	186.512
Hedge de fluxo de caixa		46.550	(658.253)	(1.818.310)	(3.564.036)
Compras operacionais		(46.550)	658.253	1.818.310	3.564.036
Efeito líquido		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de moeda estrangeira	(50.518)	(341.030)	(1.172.352)	(2.294.185)
Dívida líquida		50.518	328.402	1.073.757	2.096.993
<i>Hedge</i> de juros	Aumento da Taxa de Juros	(17.618)	(22.792)	(218.926)	(204.510)
Despesa com juros		17.618	22.792	218.926	204.510
Hedge de valor justo		(68.136)	(363.822)	(1.391.278)	(2.498.695)
Dívida líquida e juros		68.136	351.194	1.292.683	2.301.503
Efeito líquido		-	(12.628)	(98.595)	(197.192)
<i>Hedge</i> de investimento	Valorização de moeda estrangeira	10.308	(346.218)	(1.257.879)	(2.526.069)
Despesas fiscais		(10.308)	346.218	1.257.879	2.526.069
Hedge de investimento líquido		10.308	(346.218)	(1.257.879)	(2.526.069)
Despesas fiscais		(10.308)	346.218	1.257.879	2.526.069
Efeito líquido		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de moeda estrangeira	(355.477)	(346.781)	(1.420.299)	(2.485.121)
Despesas fiscais		355.477	346.781	1.420.299	2.485.121
Derivativos ao valor justo		(355.477)	(346.781)	(1.420.299)	(2.485.121)
Despesas fiscais		355.477	346.781	1.420.299	2.485.121
Efeito líquido		-	-	-	-

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva

são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, como margens dadas em garantia, em 31 de dezembro de 2013 um montante de R\$647.847 em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes a caixa (R\$626.428 em 31 de dezembro de 2012).

Compensação de ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos de liquidação pelo valor líquido e acordos similares:

2013						
	Valores sujeitos a compensação			Valores não sujeitos a compensação		
	Ativos	Passivos	Valor líquido	Instrumentos Financeiros	Margens dadas em garantia	Valor líquido
Derivativos ativos	611.304	-	611.304	(314.782)	-	296.522
Derivativos passivos	-	(978.059)	(978.059)	314.782	49.443	(613.834)
Total Derivativos	611.304	(978.059)	(366.755)	-	49.443	(317.312)

2012						
	Valores sujeitos a compensação			Valores não sujeitos a compensação		
	Ativos	Passivos	Valor líquido	Instrumentos Financeiros	Margens dadas em garantia	Valor líquido
Derivativos ativos	371.121	-	371.121	(272.793)	-	98.328
Derivativos passivos	-	(1.055.831)	(1.055.831)	272.793	35.214	(747.824)
Total Derivativos	371.121	(1.055.831)	(684.710)	-	35.214	(649.496)

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

29. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais. O arrendamento é feito normalmente para um exercício de 5 a 10 anos, com opção de renovação após essa data.

O saldo dos arrendamentos operacionais a pagar está demonstrado a seguir, por prazo de vencimento:

	Consolidado	
	2013	2012
Menos de 1 ano	62.842	66.236
De 1 a 5 anos	160.347	150.158
Mais de 5 anos	74.056	61.832
	297.245	278.226

Em 2013, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$65.234 no resultado do exercício (R\$54.123 em 2012).

30. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2013	2012
Cauções	1.193.932	1.178.904
Outros compromissos	447.246	282.049
	1.641.178	1.460.953
Compromissos contratuais com fornecedores	11.918.718	14.968.554
Compromissos contratuais - <i>Bond</i> 2017	300.000	300.000
	12.218.718	15.268.554
Total	13.859.896	16.729.507

Em 31 de dezembro de 2013, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$1.193.932, incluindo R\$546.309 em garantias em dinheiro. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do contas a receber. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2013 na Controladora e no Consolidado, um montante de R\$647.847 em aplicações de liquidez imediata ou espécie (Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

A controlada Companhia de Bebidas é garantidora do *Bond* 2017.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Menos de 1 ano	3.438.320	2.893.104
Entre 1 e 2 anos	2.379.406	2.304.955
Mais de 2 anos	6.400.992	10.070.495
	12.218.718	15.268.554

31. CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 16 - *Provisões*.

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos, classificados pela Administração como de perdas possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
PIS e Cofins	363.919	306.817
ICMS e IPI	3.807.350	2.927.650
IRPJ e CSLL	10.196.153	7.583.005
Trabalhistas	135.736	146.730
Cíveis	161.613	174.206
Outros	1.386.559	774.330
	16.051.330	11.912.738

Principais processos com probabilidade de perda possível

Ágio

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em junho de 2012 a Companhia apresentou Recurso Voluntário contra decisão desfavorável de 1ª instância administrativa e aguarda o seu respectivo julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF. A Ambev S.A. considera a probabilidade de perda no valor de R\$3,9 bilhões (R\$3,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012) relacionado a essa autuação como possível. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a ABI reembolsará o valor proporcional ao seu

benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Em outubro de 2013, a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Quinsa S.A. na Ambev S.A.. A Ambev S.A. apresentou impugnação e aguarda julgamento em primeira instância administrativa. O valor do risco de possível é de aproximadamente R\$1,1 bilhão, para dezembro de 2013. Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF e aguarda seu respectivo julgamento. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Em dezembro de 2013 a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com a cobrança de lucros de empresas do Grupo no exterior. Para o exercício de dezembro de 2013 a Ambev S.A. estima um valor de aproximadamente R\$3,8 bilhões (R\$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$32,3 milhões com classificação de perda provável.

Zona Franca de Manaus - IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para consumo em outros lugares no Brasil estão isentos de IPI. Subsidiárias da Ambev S.A. registraram crédito presumido sobre a aquisição de insumos isentos lá fabricados. Desde 2009, a Ambev S.A. tem recebido uma série de Autos de Infração à glosa destes créditos presumidos. Ainda não há jurisprudência pacificada sobre o assunto. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos são de aproximadamente R\$723 milhões classificados como perda possível.

Descontos Incondicionais

A Ambev S.A. está sendo cobrada em processos judiciais pelo Estado do Rio de Janeiro, os têm como objeto a cobrança de ICMS sobre descontos incondicionais concedidos pela Ambev S.A. em janeiro de 1996 e fevereiro de 1998. Esses processos encontram-se no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal para julgamento. Em novembro de 2013, a Ambev S.A. recebeu Autos de Infração similares emitidos pelo Estado do Pará. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$ 760 milhões classificados como perda possível.

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

Com base na avaliação dos advogados externos a Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração. A Companhia estima que a exposição possível de perdas dessas autuações seja de aproximadamente R\$582 milhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$522 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Bônus de subscrição de ações

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$413.482 (R\$367.270 em 31 de dezembro de 2012) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172.831.574 ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. Com base em opinião dos advogados externos, não constituímos nenhuma provisão para esse fim.

Sistema brasileiro de defesa da concorrência

Em 22 de julho de 2009 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE julgou o processo administrativo iniciado em 2004 em decorrência de representação da Schincariol, que teve por objeto a investigação de práticas de mercado da Companhia, notadamente o nosso programa de fidelidade denominado “Tô Contigo”.

Durante a fase investigatória deste processo, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE concluiu que o programa “Tô Contigo” deveria ser considerado anti-concorrencial, ausentes determinados ajustes, os quais já se encontravam substancialmente incorporados ao programa na sua configuração de então. Não houve recomendação de multa por parte da SDE. As demais acusações tiveram recomendação de arquivamento. Após o parecer da SDE, o processo foi encaminhado ao CADE para julgamento, que determinou a condenação da Companhia, incluindo uma multa de R\$352 milhões (R\$488 milhões em 31 de dezembro de 2013 incluindo os juros acumulados (R\$486 milhões em 31 de dezembro

de 2012)). A perda deverá ser limitada ao montante da multa e outras taxas legais referentes a esse processo.

A Companhia ajuizou ação para anular a decisão do CADE. O juízo da 16ª Vara Federal de Brasília determinou a suspensão da multa e de outras partes da decisão, mediante a apresentação de caução. A Companhia já apresentou uma carta de fiança para essa finalidade. Com base em opinião dos advogados externos, não constituímos nenhuma provisão para esse fim.

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos administrativos com o CADE e SDE, que investigam determinadas condutas, as quais no entender da Companhia, não representam infração concorrencial.

Contingências ativas

De acordo com o IAS 37 / CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis.

32. PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de *Compliance* da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros e estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam refletidas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os diretores são elegíveis a benefícios pós-emprego, como, por exemplo, benefícios de aposentadoria e assistência médica e odontológica. Adicionalmente, administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia, que está registrada na Ambev, uma vez que o serviço foi prestado para esta entidade legal, está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Benefícios de curto prazo (i)	28.720	26.483
Pagamento baseado em ações (ii)	44.507	37.534
Total remuneração ao pessoal-chave da Administração	73.227	64.017

(i) Corresponde substancialmente aos honorários dos Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrener é uma das acionistas da Ambev, com 9,59% do capital total. A Fundação Zerrener é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev S.A., no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram integralmente cobertos pelos ativos da Fundação Zerrener mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais nessa mesma data. A Ambev S.A. reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2013, R\$185.610 (R\$164.562 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$163.688 (R\$145.987 em 31 de dezembro de 2012) relacionados aos funcionários ativos e R\$21.922 (R\$18.575 em 31 de dezembro de 2012) relacionados aos funcionários inativos.

b) Reserva especial de ágio

Como resultado da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. em 2005, a Companhia vem auferindo, anualmente, benefício fiscal decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. O saldo da reserva especial de ágio, em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$313.872 (R\$672.107 em 31 de dezembro de 2012) e poderá ser utilizado para futuros aumentos de capital.

c) Arrendamento de ativos

A subsidiária Companhia de Bebidas, por meio de sua controlada BSA Bebidas Ltda., possui um contrato de arrendamento de ativos (gráfica) com a Fundação Zerenner, no valor total de R\$63.328, pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 31 de março de 2018.

d) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia (AC)

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerenner, o qual está sob negociação, na qual serão determinadas entre as partes as condições comerciais a serem praticadas até o fim do contrato, cujo prazo é até 31 de janeiro de 2018.

e) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá, no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e no Paraguai. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da ABI no Brasil, Canadá, Argentina e outros países e, por meio de licença concedida à ABI, esta distribui produtos Brahma em determinados países da Europa, Ásia e África. Neste contexto, a Companhia registrou R\$15.456 (R\$12.721 em 31 de dezembro de 2012) e R\$249.198 (R\$215.875 em 31 de dezembro de 2012) como receita e despesa de licenciamento no Consolidado, respectivamente.

Em 29 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato com a empresa B2W - Companhia Digital S.A. para gerir a plataforma de e-commerce da Companhia, denominada “Parceiro Ambev”. O contrato tem vigência de 2 anos, e o objeto do mesmo é a comercialização de produtos da Ambev por meio de websites. Ambas as partes possuem os mesmos controladores.

Transações da Ambev S.A.

Circulante	2013			2012		
	Contas a Receber (i)	Contas a Pagar (i)	Empréstimos / Mútuo a Pagar	Contas a Receber (i)	Contas a Pagar (i)	Empréstimos/ Mútuo a Pagar
Controlada direta						
Cia Bebidas das Américas – Ambev	-	(23.026)	-	6.687	(208)	-
Controladora						
Interbrew	-	-	-	-	(18.628)	-
	-	(23.026)	-	6.687	(18.836)	-

Transações da Companhia de Bebidas (controlada direta)

Circulante	2013			2012		
	Contas a Receber (i)	Contas a Pagar (i)	Empréstimos / Mútuo a Pagar	Contas a Receber (i)	Contas a Pagar (i)	Empréstimos / Mútuo a Pagar
AB InBev	9.643	(6.318)	-	5.050	(270)	-
Ambev Bebidas	2.786	(551.472)	-	133.590	(550.122)	-
Arosuco	443	(560.172)	-	24	(463.038)	-
Ambev Dominicana	240	(7)	-	-	-	-
Anep	237	(14.274)	-	-	-	-
BSA	2.896	(438)	-	745	-	-
CRBS	2.813.354	(54)	-	255.353	(134.456)	-
Dunvegan	-	-	-	-	(7.473)	-
Eagle	202	(4)	-	-	-	-
Cympay	-	-	-	35	(150.087)	-
Skol	2.930	(199)	-	-	-	-
InBev	4.476	(29.366)	-	9.251	(125.791)	-
Ambev S.A.	23.026	-	-	-	-	-
Labatt Holding	2.705	-	-	10.320	(4.909)	-
Labatt Breweries	-	-	(2.128)	-	-	-
Lizar	-	(1.213)	-	-	(24.015)	-
Londrina	914	(180.177)	-	16.596	(227.265)	-
Maltería Pampa	227	(647)	-	151	(1.453)	-
Maltería Uruguay	-	(671.496)	-	26	(541.636)	-
Maltería Paysandú	-	(169.699)	-	-	-	-
Monthiers	5.976	(775.148)	(24.341)	5.976	(216)	(20.742)
Ambev Peru	2.008	(2.843)	-	2.312	(514)	-
Cerveceria Paraguaya S.A	6.719	(873)	-	-	-	-
QIB	5.954	(2.715)	(1.154)	6.049	(4.179)	(960)
Cervecería Chile	-	-	(2.175)	-	-	(2.175)
Grupo Modelo	3.842	-	-	-	-	-
Outras	891	(9.767)	-	1.710	(4.333)	-
	2.889.469	(2.976.882)	(29.798)	447.188	(2.239.757)	(23.877)

	2013		2012	
	Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a Pagar	Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a Pagar
Não circulante				
Anep	-	-	-	(88.489)
BSA	5.678	-	5.600	-
Disbam	-	-	-	(6.385)
Dunvegan	-	(3.766.701)	-	(2.563.732)
Eagle	404	-	21.556	-
Monthiers	58.192	(2.322.683)	48.484	(1.865.736)
NCAQ	-	(307.807)	-	(268.638)
QIB	-	(209.796)	-	(209.796)
Cervecería Chile	-	(900.000)	-	(900.000)
Labatt Breweries	-	(1.783.370)	-	-
Rosvik	-	-	24.455	-
Londrina	24.645	(5.829)	-	-
Skol	3	-	3.979	(2.623)
Outras	1.397	-	3.667	-
	90.319	(9.296.186)	107.741	(5.905.399)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Mútuos a receber:

Correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, com vencimento indeterminado, sem incidência de juros e sem garantias.

Empréstimos / Mútuos a pagar:

O contrato celebrado com a Ambev International Fund (antiga Ambev International) corresponde a uma *fixed rate note* (“FRN”), com vencimento em 2017, denominada em ienes, remunerada a 1,50% ao ano, com juros pagos semestralmente.

Os contratos com as controladas indiretas Dunvegan e Monthiers correspondem a contratos de mútuo denominados em dólares norte-americanos, com vencimento de 10 anos, remunerados pela taxa Libor + 3%, com juros pagos semestralmente. O montante a pagar à controlada Dunvegan contempla, principalmente, o montante obtido para aquisição da CND.

O contrato celebrado com a controlada indireta Quilmes International (Bermuda) Limited (“QIB”) corresponde a um título de dívida, (*Bond* 2019) com vencimento em 2019, denominado em reais, remunerado a 13,20% ao ano, com juros pagos anualmente.

O contrato celebrado com a controlada indireta NCAQ Sociedad Colectiva (“NCAQ”) corresponde a contrato de mútuo, denominado em dólares, com vencimento de 10 anos, remunerado pela taxa Libor + 3%, ambos com juros pagos semestralmente.

O contrato celebrado com a Cervecería Chile corresponde a um título de dívida, (*Bond* 2022) com vencimento em 2022, denominado em reais, remunerado a 8,70% ao ano, com juros pagos anualmente.

O contrato celebrado com a controlada indireta Labatt Breweries corresponde a contrato de mútuo, denominado em dólares canadenses, com vencimento de 10 anos, remunerado pela taxa fixa de 5% a.a., com juros pagos trimestralmente.

Os quadros abaixo demonstram as transações da Controladora com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

Empresa	2013				
	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas c/ Controladas	Royalties / Benefícios	Resultado Financeiro
AB InBev	(1.440)	-	-	(602)	1.069
Agrega	(16.500)	-	-	-	-
Ambev Bebidas	(306.514)	264.869	80.948	-	12.687
Arosuco	(1.190.102)	44.079	9.468	-	-
BSA	(114.036)	40.759	121	-	-
Cerveceria Paraguaya S.A	-	13.338	-	-	-
Cervecería Chile	-	-	-	-	(78.300)
CRBS	-	3.048.580	72.221	-	(12.784)
Cympay	(48.478)	-	-	-	2.787
Dunvegan	-	-	-	-	(589.844)
Fundação Zerrenner	(3.539)	-	-	(8.248)	-
InBev	(2.931)	-	-	347	5.704
Labatt Holding	-	-	-	-	(149.598)
Lizar	(11.405)	-	-	-	-
Londrina	(415.783)	92.556	14.691	-	(50)
Maltería Uruguay	(763.255)	-	25	-	9.667
Monthiers	-	-	-	-	(508.480)
NCAQ	-	-	-	-	(48.992)
QIB	(8.310)	-	-	-	(29.945)
Outras	(1.397)	6.170	33	(404)	874
	(2.884.084)	3.510.351	177.507	(8.907)	(1.385.205)

Empresa	2012				
	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas c/ Controladas	Royalties / Benefícios	Resultado Financeiro
Agrega	(12.000)	-	-	-	-
Ambev Bebidas	(264.479)	186.727	90.659	-	-
Arosuco	(982.590)	35.178	24.838	-	-
BSA	(116.330)	46.637	365	-	-
CRBS	(2.363)	2.820.548	81.295	-	-
Cympay	(149.293)	-	-	-	(16.186)
Dunvegan	-	-	-	-	(288.627)
Fundação Zerrenner	(3.568)	-	-	(20.865)	-
InBev	(2.104)	38	-	(2.638)	-
Lizar	(20.236)	-	-	-	-
Londrina	(262.868)	13.344	16.596	-	-
Maltería Uruguay	(535.028)	-	-	-	(45.412)
Monthiers	-	-	-	-	(342.991)
NCAQ	-	-	-	-	(31.372)
QIB	(11.597)	802	-	-	(29.716)
Outras	-	6.636	-	-	241
	(2.362.456)	3.109.910	213.753	(23.503)	(754.063)

Denominações utilizadas no quadro acima:

Agrega Inteligência em Compras Ltda. (“Agrega”)
Ambev Brasil Bebidas S.A. (“Ambev Bebidas”)
Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. (“AB InBev”)
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
BSA Bebidas Ltda. (“BSA”)
CRBS S.A. (“CRBS”)
Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)
Cervecería Chile
Cervecería Paraguaya S.A.
Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. (“Skol”)
Compañía Cervecera Ambev Peru S.A.C. (“Ambev Peru”)
Dunvegan S.A. (“Dunvegan”)
Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. (“Eagle”)
Fundação Zerrenner (“Fundação Zerrenner”)
InBev Hoding Brasil S.A. (“InBev”)
Labatt Breweries of Canada LP (“Labatt Breweries”)
Labatt Holding A/S (“Labatt Holding”)
Lizar Administradora de Carteira de valores Mobiliários Ltda. (“Lizar”)
Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina”)
Malteria Pampa S.A. (“Maltería Pampa”)
Malteria Uruguay S.A. (“Maltería Uruguay”)
Monthiers S.A. (“Monthiers”)
NCAQ Sociedad Colectiva (“NCAQ”)
Quilmes International (Bermuda) Limited. (“QIB”)
Rosvik do Brasil Ltda. (“Rosvik”)

33. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo. O número total de companhias consolidadas (total e proporcionalmente) totaliza 39.

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G - Av. Del Libertador 498, 26º andar - Buenos Aires	99,74%
--	--------

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A. - Av. Montes 400 e Rua Chuquisaca - La Paz	85,67%
---	--------

Brasil

AMBEV S.A. Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017 , 3º andar Itaim Bibi, São Paulo	Companhia Consolidadora
---	-------------------------

AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. - Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	99,99%
--	--------

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. - Avenida Buriti, 5.385 Distrito Industrial - Manaus - AM	100,00%
CRBS S.A - Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula Jaguariúna - SP	99,93%
EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. - Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP Canadá	100,00%
LABATT BREWING COMPANY LIMITED – 207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	100,00%
Chile	
CERVECERIA CHILE S.A. - Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9600 - Comuna de Quilicura - Santiago	100,00%
Espanha	
JALUA SPAIN, S.L – Juan Vara Terán, 14 – Ilhas Canarias	100,00%
Equador	
COMPANHIA CERVECERA AMBEV ECUADOR S.A. - Km 14,5 Vía Dauley, Av. Las Iguanas - Guayaquil	100,00%
Guatemala	
INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA - 43 Calle 1-10 Clzd. Aguilar Bartres Zona 12, Edifício Mariposa, nível 4 - 01012 - Zacapa	50,00%
Luxemburgo	
AMBEV LUXEMBOURG - 5, Gabriel Lippmann, L - 5365 Munsbach	100,00%
Paraguai	
CERVECERIA PARAGUAY S.A. - Ruta Villeta KM 30 - Ypané	87,34%
Peru	
COMPANÍA CERVECERA AMBEV PERU S.A.C. - Av. República de Panamá, 3659 San Isidro - Lima 41 – Lima	100,00%
República Dominicana	
COMPANÍA CERVECERA AMBEV DOMINICANA, C. POR A. Av. San Martin, 279 - Apartado Postal 723 - Santo Domingo	56,84%

CND - CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional	55,00%
Uruguai	
LINTHAL S.A. – 25 de Mayo 444, office # 401 - Montevidel	99,99%
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDU S.A. - Rambla Baltasar Brum, 2933 – 11800 - Payssandu	98,62%
MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA - Juncal 1327, ap. 2201 - Montevidel	100,00%

34. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

i) Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 6 de janeiro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de (i) dividendos, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2013 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,10 por ação da Companhia, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor; e (ii) JCP, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2013 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,154 por ação da Companhia. A distribuição de JCP será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,1309 por ação da Companhia.

Referido pagamento foi efetuado a partir de 23 de janeiro de 2014 (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013) com base na posição acionária de 14 de janeiro de 2014 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 17 de janeiro de 2014 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

ii) No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Ambev S.A., da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foram aprovadas as incorporações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A. pela Ambev S.A. Como resultado das incorporações,

a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.

A incorporação da Companhia de Bebidas foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Companhia de Bebidas era uma subsidiária integral da Companhia. A incorporação da Ambev Brasil Bebidas S.A., por sua vez, resultou no aumento do capital social da Companhia em montante equivalente à parcela do patrimônio líquido da Ambev Brasil Bebidas S.A. correspondente ao investimento dos acionistas não-controladores da Ambev Brasil, i.e., em R\$156, passando o capital social da Companhia a ser de R\$57.000.946, já considerando os aumentos de capital aprovados e homologados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 17 de outubro de 2013 e 19 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 8º do estatuto social da Companhia e do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, em virtude do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

iii) Em 28 de janeiro de 2014 a Ambev Luxemburgo, subsidiária integral da Companhia, adquiriu a participação da ABI na Cerbuco Brewing Inc., detentora de 50% da Bucanero S.A. (“Bucanero”), a empresa líder no mercado de cervejas cubano.

Com o fechamento desta operação, a Ambev S.A. tornou-se indiretamente acionista da Bucanero, juntamente com a Corporación Alimentaria S.A., uma empresa do governo cubano.

iv) Em janeiro de 2014, o peso argentino sofreu uma desvalorização significativa. Em 2013, as operações argentinas representavam 12% da receita consolidada da Companhia, e 11% do EBITDA ajustado consolidado. Os resultados do exercício de 2013 foram convertidos a uma taxa média de 2,5246 pesos argentinos por real. A desvalorização ocorrida em 2014, e caso hajam desvalorizações adicionais no futuro, irá reduzir os ativos líquidos da Companhia na Argentina, bem como o patrimônio líquido da Companhia. A conversão dos resultados e fluxos de caixa da Companhia nas operações argentinas também serão impactadas.